



Comissão
Europeia

PANORAMA

VERÃO 2017 / N.º 61



Uma política de coesão voltada para o futuro

EDIÇÃO ESPECIAL



Política Regional
e Urbana



PANORAMA

EDITORIAL.....	03
Jüri Ratas , Primeiro-Ministro da República da Estónia.....	04
CONVERGÊNCIA DE NOVO NO CAMINHO CERTO.....	06
Brigitte Zypries , Ministra Federal da Economia e da Energia (DE).....	08
Harris Georgiades , Ministro das Finanças (CY).....	09
Günther Oettinger , Comissário europeu responsável pelo Orçamento e pelos Recursos Humanos.....	10
Paul Magnette , Ministro-Presidente da Valónia (BE).....	12
Stavros Arnautakis , Governador da região de Creta (EL).....	13
Lena Micko , Presidente da Associação Sueca de Autoridades Locais e Regiões (SE).....	14
František Lukl , Presidente da União de Cidades e Municípios da República Checa (CZ).....	15
INDICADORES REGIONAIS NO INQUÉRITO EUROBARÓMETRO REALIZADO NA PRIMAVERA.....	16
Mari Kiviniemi , Secretária-Geral Adjunta da OCDE.....	18
Andrzej Porawski , Diretor Executivo da Associação de Cidades Polacas (PL).....	20
Iskra Mihaylova , Presidente da Comissão REGI do PE.....	21
Kalev Härk , Presidente da Câmara de Valga (EE), e Vents Armands Krauklis , Presidente da Câmara de Valka (LV).....	22
Xavier Valderrama , coordenador de projetos europeus de desenvolvimento urbano, município de Santa Coloma de Gramenet (ES).....	23
Michael Storper , Professor de Geografia Económica na London School of Economics (UK).....	24
ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE COMPLEMENTA A INOVAÇÃO.....	26

Dominique Foray , Professor Catedrático de Economia e Gestão da Inovação, École Polytechnique Fédérale de Lausanne (CH).....	28
Emma Marcegaglia , Presidente da BusinessEurope.....	29
Kevin Morgan , Professor de Governação e Desenvolvimento e Diretor de Participação na Universidade de Cardiff (UK).....	30
Neil Bradford , Doutor e Professor Catedrático no Departamento de Ciência Política, Huron University College, Universidade Ocidental (CA).....	31
Mario Monti , Presidente do Grupo de Alto Nível sobre os Recursos Próprios.....	32
PONTO DE DADOS 3: INDICADORES DOS FEEI.....	34
Eleni Marianou , Secretária-Geral da CRPM.....	36
Robin Huguenot-Noël e Alison Hunter , Centro de Política Europeia.....	37
Daniël Termont , Presidente da Câmara de Gante e Presidente da EUROCITIES.....	38
Leo Williams , Diretor da Rede Europeia Antipobreza.....	39
Karl-Heinz Lambertz , Presidente da Associação das Regiões Fronteiriças Europeias.....	40
Michiel Rijsberman , relator da ARE para a política de coesão pós-2020.....	42
Karen Coleman , radiodifusora/jornalista/moderadora.....	43
SEMANA EUROPEIA DAS REGIÕES E DOS MUNICÍPIOS 2017.....	44
«INTERREG VOLUNTEER YOUTH».....	46
ESTUDANTES EM PROJETOS INTERREG EM MALTA.....	48
NOTÍCIAS BREVES.....	50
AGENDA.....	51

Caro leitor,

O Fórum sobre a Coesão, que teve lugar em 26-27 de junho em Bruxelas, foi um marco importante no debate em torno da política de coesão pós-2020 (#EU7CF).

Esta edição especial da *Panorama* dá a palavra aos representantes das instituições da UE, dos governos nacionais, dos órgãos de poder regional e de várias associações e universidades. Gostaríamos de expressar a nossa gratidão pelo seu contributo. Se quiser, pode também enviar-nos os seus comentários (300 palavras no máximo) para que sejam publicados na secção «Nas suas próprias palavras» de uma futura edição da revista.

As estratégias de especialização inteligente são mencionadas várias vezes nesta edição e a sua importância é sublinhada

por muitas pessoas, que gostariam que o conceito fosse mais desenvolvido. Regressaremos a este tema em maior detalhe na edição de setembro, que será publicada pouco antes da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios. Também estamos interessados em saber a sua opinião nesta matéria: a sua experiência, resultados, esperanças, dúvidas e sugestões.

Envie as suas respostas para regio-panorama@ec.europa.eu — **e dê voz à sua opinião!**

Boa leitura



AGNÈS MONFRET

Chefe da Unidade de Comunicação, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Comissão Europeia

EDITORIAL

Estamos num momento crucial na história do nosso continente. Nos últimos anos, a Europa teve de enfrentar uma série de crises — económicas, financeiras e políticas.

Contudo, acredito que os futuros historiadores dirão que estas crises funcionaram como um catalisador, levando a Europa e os europeus a colocarem-se as seguintes questões-chave: Que Europa para amanhã? o que deverá fazer? e como?

O maior erro que podemos cometer é tomar por garantida a Europa e as suas realizações. a meu ver, a política de coesão é a cola que mantém os nossos valores e objetivos comuns unidos; a pedra em que assenta aquilo que construímos e que o resto do mundo cobiça. é por esta razão que a edição da *Panorama* é dedicada ao período pós-2020 e, como tal, à política de coesão de amanhã.

Nesta edição, conhecerá as opiniões de várias pessoas de diferentes origens, incluindo o meu colega Günther Oettinger, Comissário responsável pelo Orçamento da UE. De certa forma, a *Panorama* está a dar início ao amplo debate sobre o futuro da nossa política de coesão.

O Fórum sobre a Coesão, que teve lugar em 26 e 27 de junho, também nos permitiu debater o futuro desta política, através do intercâmbio de ideias frente a frente e, por vezes, com a natural discordância sobre a forma que deverá assumir a futura política de coesão. o nosso objetivo é alcançar uma



política de coesão que se preocupe com todos e que seja simples, rápida, eficaz em termos de custos, mais flexível e capaz de encorajar mais reformas nos Estados-Membros. Pretendemos fazê-lo através de mais incentivos e de um menor enfoque nas sanções.

Nas nossas reflexões sobre a próxima década, temos de ter em mente algo muito precioso: o dever que temos para com todos os europeus de nos aproximarmos ao máximo das suas necessidades. e assegurar que todos, independentemente do local onde vivam, possam beneficiar concretamente das vantagens associadas à União e ter acesso às mesmas oportunidades.

A política de coesão é a Europa no seu melhor, uma Europa que se preocupa e uma Europa que constrói um futuro melhor para os seus filhos. ■

CORINA CREȚU

Comissária Europeia para a Política Regional

Oportunidades partilhadas a nível nacional e internacional



Enquanto a Estónia se prepara para assumir a Presidência da UE ainda este ano, Jüri Ratas, Primeiro-Ministro da República da Estónia explica a importância da política de coesão para o seu país e cidadãos e como toda a Europa pode beneficiar no futuro.

Que importância têm tido os fundos de coesão da UE para os cidadãos estónios desde a adesão da Estónia à UE?

A política de coesão da UE contribuiu de forma notável para o desenvolvimento económico e a competitividade da Estónia. A par do financiamento nacional, a política de coesão possibilitou mudanças estruturais importantes que, de outra forma, teriam sido muito difíceis ou até mesmo impossíveis de concretizar. A nossa experiência mostra que a política de coesão, associada a uma política económica sólida, leva à convergência, que é o principal objetivo da política.

Há também vários resultados muito práticos dos fundos de coesão que os estónios vivenciam numa base diária. Por exemplo, os nossos cidadãos têm melhor acesso a água potável limpa, melhores estradas e serviços de transporte ferroviário, bem como melhor acesso a serviços rápidos de banda larga em toda a Estónia. Com a ajuda do financiamento da UE, 99% do setor público está agora livre de papéis, dando aos estónios a oportunidade de tratar a maioria dos seus assuntos cor-

rentes com o Estado através da Internet. Os fundos da política de coesão estimularam o crescimento das exportações e a inovação, com um aumento do número de empresas exportadoras, e as empresas prestam maior atenção à inovação e ao desenvolvimento de produtos. Muitas escolas, universidades e hospitais foram modernizados. Os fundos de coesão ajudaram também cerca de 95 000 pessoas a encontrar emprego. Deste modo, os estónios sentem bem de perto os benefícios trazidos pelos fundos da política de coesão, que contribuem para criar e manter postos de trabalho, aumentar a produtividade e apoiar a convergência da Estónia.

Desde a adesão à UE, de que benefícios tem usufruído a Estónia da colaboração com outros Estados-Membros e regiões da UE? Há exemplos de lições aprendidas que a Estónia esteja a aplicar?

A colaboração com outros Estados-Membros é vital para conseguir superar desafios que atravessam fronteiras e abrangem vários Estados. Um bom exemplo está relacionado com os programas de cooperação territorial europeia. Estes são

importantes para as regiões e organizações quando se deparam com desafios transfronteiriços regionais específicos, como a proteção do mar Báltico, ou na procura de soluções para problemas comuns a nível europeu em diferentes domínios, nomeadamente a eficiência energética.

As ligações físicas e digitais diretas permitem aos Estados-Membros usufruir plenamente dos benefícios do mercado único e aumentar a competitividade da União. Temos boas experiências e resultados tangíveis no desenvolvimento dos serviços digitais transfronteiriços, por exemplo entre a Estónia e a Finlândia, onde assistimos a um grande potencial para a Europa em geral. O desenvolvimento de uma ferrovia de alta velocidade à escala europeia — o projeto ferroviário do Báltico — é um exemplo de cooperação não apenas com os vizinhos imediatos, mas também com outros Estados afetados pela construção deste componente em falta da rede ferroviária de base da UE. Ensinou-nos que é crucial alcançar um entendimento comum dos benefícios de tais projetos para os cidadãos e as empresas em todos os países.



REPUBLIC OF ESTONIA GOVERNMENT

“A UE não necessita apenas de falar em uníssono, mas também de agir desta forma, já que a unidade revela o seu verdadeiro valor na prática.”

A segunda metade de 2017 assiste à primeira Presidência do Conselho da UE por parte da Estónia desde a sua adesão em 2004. Como é que a Estónia encara esta oportunidade?

A Presidência estónia do Conselho da UE surge num momento de definição para a UE. a UE não necessita apenas de falar em uníssono, mas também de agir desta forma, já que a unidade revela o seu verdadeiro valor na prática. Durante a nossa Presidência, temos por objetivo envidar esforços para sermos mais fortes no futuro, para que os benefícios provenientes da UE possam eventualmente chegar a todos os países, cidades, municípios e famílias. o papel da Presidência está repleto de responsabilidades, uma vez que a UE se tornou uma parte inseparável da nossa vida quotidiana.

Que desafios representa a Presidência para o seu país e como influenciaram o estabelecimento das prioridades da Presidência?

O principal objetivo da Estónia durante a Presidência consiste em manter a UE unida e decisiva. a UE assenta nas quatro liberdades fundamentais e num entendi-

mento partilhado de paz e prosperidade. Tendo isso em mente, a Presidência estónia visa trabalhar em questões que ajudem a construir e promover uma Europa com uma economia aberta e inovadora, manter a Europa segura, promover uma Europa digital e a livre circulação de dados, bem como garantir que as atividades da UE sejam inclusivas e sustentáveis.

Quais são as prioridades da Presidência da Estónia no domínio da política de coesão e como irá proceder?

Temos duas prioridades principais no domínio da política de coesão. a primeira consiste em fazer avançar o debate sobre o futuro da política de coesão no Conselho. Aguardamos com expectativa o Sétimo Relatório sobre a Coesão, as propostas do grupo de alto nível para a simplificação liderado por Siim Kallas, o documento de reflexão sobre o futuro das finanças da UE e muito mais. a segunda prioridade con-

siste em prosseguir os trabalhos relativos ao denominado Regulamento «Omnibus» que visa simplificar a política. Trata-se de uma pasta bastante complexa, mas daremos certamente o nosso melhor para a fazer avançar.

Como antevê a evolução das prioridades e dos mecanismos de execução da política de coesão após 2020? o que espera do Fórum sobre a Coesão que tem lugar em Bruxelas no final de junho?

Como é a única política da UE que oferece a estabilidade e os meios financeiros para reformas estruturais a longo prazo, a política de coesão constitui uma área crítica da política da UE. Sem ela, muitas reformas e muito do progresso económico nos Estados-Membros e nas regiões estagnariam. Enquanto discutimos o modo de tornar a política de coesão mais eficaz, temos de contemplar a sua simplificação e torná-la mais baseada nos resultados, bem como a sua harmonização no âmbito da política e com outros instrumentos de financiamento da UE. o Fórum sobre a Coesão em junho é uma oportunidade ideal para debater de que forma podemos otimizar o funcionamento da política de coesão a favor da Europa. ■

“Há vários resultados muito práticos dos fundos de coesão que os estónios vivenciam numa base diária.”

Regiões da UE convergem novamente

Este artigo mostra como as disparidades regionais na UE mudaram desde 2000. a UE está empenhada em reduzir essas disparidades e a política de coesão oferece mais apoio às regiões menos desenvolvidas para as ajudar a recuperar do seu atraso. Uma análise mais detalhada será incluída no Sétimo Relatório sobre a Coesão.

De acordo com os dados mais recentes publicados pelo Eurostat, em 2015, mais de um em cada quatro residentes da UE (27% da população total da UE) residiam numa região com um PIB *per capita* (PPC) inferior a 75% da média da UE (ver mapa).

A maior parte destas regiões está situada nos Estados-Membros centrais e orientais da UE, mas também na Grécia, no sul de Itália, em Portugal e em muitas das regiões ultraperiféricas. Todas as regiões na Bulgária e na Roménia — com exceção das regiões das capitais de Yuzopaden e București-Ilfov — têm níveis inferiores a 50% da média da UE.

Não obstante, entre 2000 e 2015, todas as regiões nos Estados-Membros centrais e orientais aumentaram o seu PPC em relação à média da UE. Em geral, observaram-se grandes aumentos nas regiões das capitais, como na Bulgária e na

Roménia onde o PPC duplicou em relação à média da UE, e na Eslováquia onde quase duplicou.

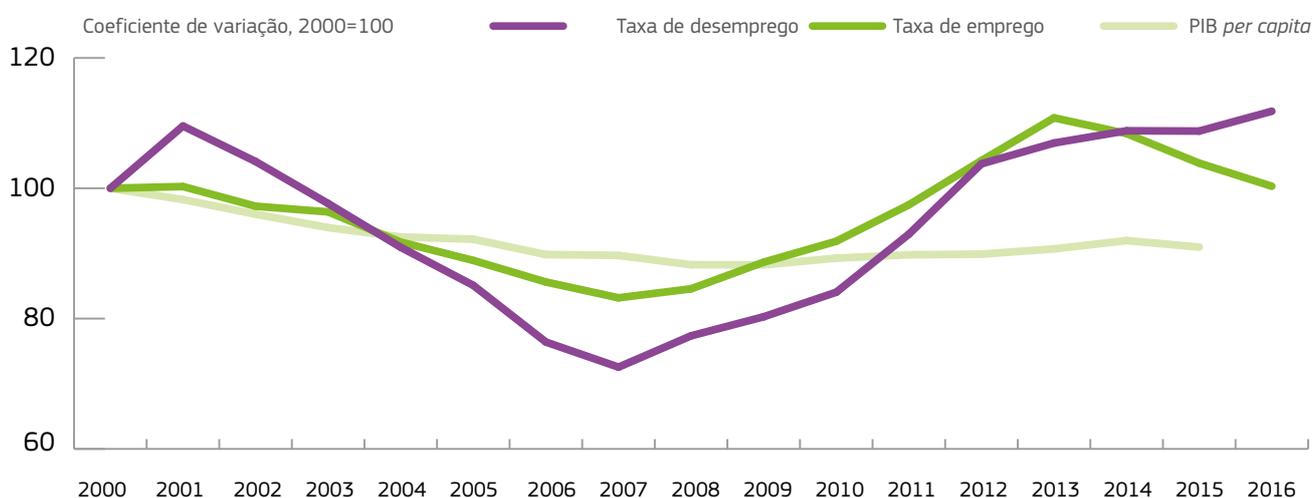
Devido à crise económica, a situação nas regiões gregas agravou-se. Em 2011, quatro das 13 regiões tinham um PPC superior a 75% da média da UE. Em 2015, este número caiu para apenas duas: a região da Ática (95%) e a região do Egeu do Sul (75%). a Itália também sofreu durante a crise. Em 2011, cinco regiões registavam um PPC inferior a 75% da média da UE, passando a sete em 2015.

Em Portugal, apenas duas regiões estão acima do limiar de 75%: a área metropolitana de Lisboa (103%) e o Algarve (79%), com poucas alterações desde 2011.

Convergência de novo no caminho certo

Os dados mais recentes sobre o PIB mostram o processo de convergência entre as regiões europeias, que foi interrompido pela crise mas, lentamente, começou a recuperar. Antes da crise, as disparidades entre as economias regionais na UE estavam a diminuir (o coeficiente de variação do PPC regional caiu em 12% entre 2000 e 2008). Tal deveu-se sobretudo ao facto de as regiões com o PPC mais baixo terem crescido a um ritmo superior ao da média e terem recuperado terreno em relação às regiões mais prósperas.

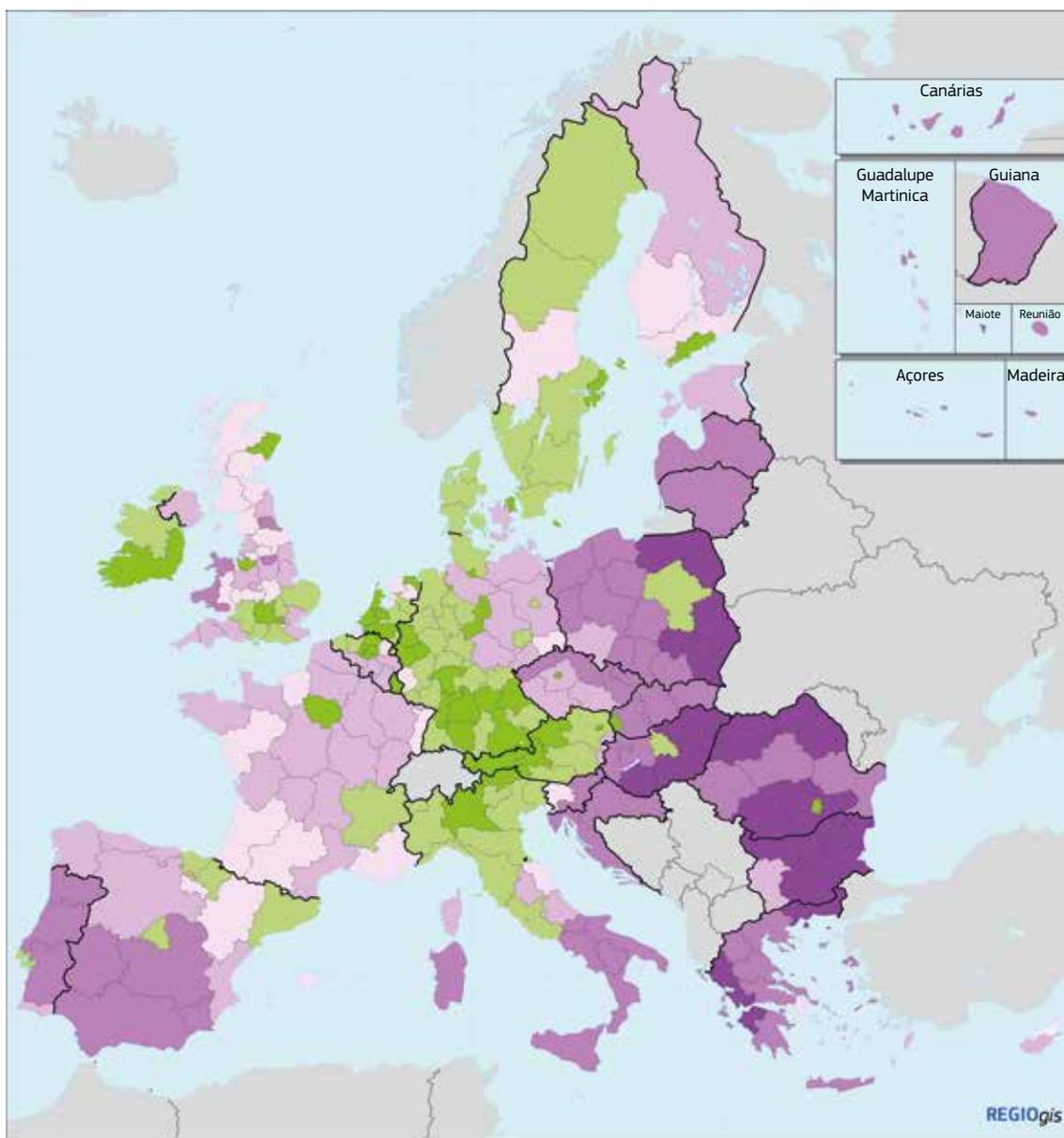
COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DO PPC, TAXA DE EMPREGO (20-64), TAXA DE DESEMPREGO, REGIÕES NUTS 2 DA UE-28, 2000-2016



Fonte: cálculos do Eurostat e da DG REGIO

Contudo, a crise parece ter colocado um fim a esta tendência; entre 2008 e 2015, as disparidades regionais aumentaram ligeiramente (o coeficiente de variação aumentou em 4%), mas permaneceram bem abaixo do nível registado em 2000. Entre 2014 e 2015, as disparidades começaram a diminuir novamente, embora seja demasiado cedo para dizer se esta tendência será mantida.

As disparidades nas taxas de emprego têm diminuído desde 2013, embora tal tenha sido precedido por um aumento significativo como resultado da crise. Neste domínio, as disparidades continuam bem acima dos níveis anteriores à crise. Em contraste, as disparidades nas taxas regionais de desemprego continuam a aumentar, apesar de os aumentos terem abrandado desde 2012.



PIB per capita (PPC, 2015)

- Index, EU28 = 100
- < 50
 - 50 - 75
 - 75 - 90
 - 90 - 100
 - 100 - 125
 - >= 125

Os valores para as duas regiões da Irlanda foram estimados utilizando o valor nacional.

Fonte: Eurostat, DG REGIO



© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas

Requisitos da futura política de coesão da UE

Numa altura em que muitas pessoas são eurocéticas e à luz dos novos desafios mundiais, a política de coesão europeia assume maior importância. É uma expressão da nossa comunidade de valores partilhados e da solidariedade que existe entre os Estados-Membros da União Europeia. Em todos os Estados-Membros e regiões, vários projetos estão a produzir um impacto direto local.



Brigitte Zypries
Ministra Federal da
Economia e da Energia
Alemanha

É já claro que o futuro quadro financeiro plurianual da UE enfrentará desafios especiais. Consequentemente, a ponderação da política europeia mudará de alguma forma. Perante a probabilidade de diminuição de fundos e a subsequente necessidade de efetuar cortes, todos os domínios de despesas devem dar o seu contributo e a política de coesão não é exceção. No futuro, a assistência dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) deve ser melhor integrada e mais eficaz do que nunca.

Devido ao seu papel fundamental no reforço da coesão económica, social e territorial da UE, a política de coesão continuará a ser uma área de investimento da maior importância e um elemento-chave da política económica e de emprego da UE. Futuramente, todas as regiões na UE continuarão a ser apoiadas pela política de coesão — diferenciadas em função do respetivo desenvolvimento estrutural e das respetivas necessidades regionais. Por conseguinte, o objetivo mais importante continua a ser a redução do atraso das regiões seriamente desfavorecidas. Contudo, em simultâneo, a política de coesão deverá também fornecer fundos para ajudar as regiões a enfrentarem eficazmente novos desafios, como a migração e as alterações demográficas. No âmbito dos objetivos específicos dos fundos, a política de coesão apoia o emprego e o crescimento inteligentes, sustentáveis, inovadores e inclusivos. Pretendemos dar continuidade à maior concentração temática introduzida no atual período de financiamento.

A política de coesão só pode ter sucesso a longo prazo se proporcionarmos, em simultâneo, as condições certas para o quadro macroeconómico. No futuro, a ênfase deverá recair nas reformas estruturais nos Estados-Membros, já que estas requerem maior apoio. Neste contexto, os Fundos Estruturais da UE podem servir de alavanca fundamental para as reformas estruturais necessárias. Para o efeito, necessitamos de estabelecer uma ligação mais estreita entre a política de coesão e a coordenação económica da UE e criar incentivos eficazes para as reformas estruturais. Na nossa perspetiva, para além do reforço das condicionalidades *ex ante*, é também necessária uma interligação mais estreita e sistemática

com as recomendações específicas por país que podem ser abordadas através da política de coesão.

É evidente que os requisitos para o sistema existente de gestão e controlo têm de ser simplificados. Assim sendo, faria mais sentido simplificar o apoio no âmbito do quadro jurídico existente em vez de anunciar novamente uma mudança completa do sistema. Tal inclui uma nova abordagem diferenciada. Com base em critérios objetivos e não discriminatórios, as vastas diferenças entre os Estados-Membros individuais devem ser mais respeitadas do que acontece atualmente. ■

“A política de coesão só pode ter sucesso a longo prazo se proporcionarmos em simultâneo as condições certas para o quadro macroeconómico.”



Bundesministerium
für Wirtschaft
und Energie

Posição de Chipre sobre a política de coesão pós-2020

Os atuais e próximos debates sobre a política de coesão para o período pós-2020 têm lugar num ambiente marcadamente mudado em comparação com as conversações realizadas para o período 2014-2020.

A revisão intercalar do quadro financeiro plurianual, os debates sobre o futuro das despesas e do financiamento da UE pós-2020 e as próximas negociações do Brexit tornam complexas e únicas as circunstâncias para o debate do futuro da política de coesão.

A política de coesão pós-2020 deve prosseguir a redução das disparidades regionais. Para o efeito, o peso relativo da política de coesão no próximo QFP pós-2020 deve manter-se elevado. A importância de manter uma política de coesão forte é particularmente evidente nos Estados-Membros de pequena dimensão, como o Chipre, onde os efeitos adversos da recente crise económica e monetária comprometeram seriamente a sua competitividade e potencial de crescimento, e impuseram fortes restrições orçamentais.

Mantendo o seu enfoque nas disparidades, a futura política de coesão deve ainda ser capaz de abordar as diferentes realidades sociais, territoriais e económicas nos Estados-Membros. Nesta matéria, os próximos debates relativos ao mecanismo de atribuição da futura política de coesão e à sua concentração temática podem explorar também novas vias, como a introdução de critérios específicos relacionados com as necessidades e especificidades nacionais e/ou regionais.

Paralelamente, a tendência de maior alinhamento da política de coesão com os objetivos mais amplos da UE em matéria de emprego e crescimento deve ser prosseguida no período pós-2020. Assim sendo, a coerência e a consistência com o Semestre Europeu devem ser ainda mais reforçadas.

Relativamente aos futuros modos de financiamento, o ímpeto crescente rumo a uma utilização mais intensiva dos instrumentos financeiros oferece uma boa base para centrar o investimento nas prioridades da UE. O papel dos instrumentos financeiros no período pós-2020 tornar-se-á mais proeminente devido aos benefícios que oferecem em termos de eficácia e sustentabilidade do financiamento público.



Harris Georgiades
Ministro das Finanças
Chipre

Outro desafio para a futura política de coesão será tornar o seu desempenho mais visível para a sociedade em geral. A relevância da política para os aspetos económicos e sociais da vida quotidiana dos cidadãos deve ser comunicada mais

meticulosamente, em especial nos Estados-Membros que se encontram na periferia da UE.

Além disso, os atuais esforços no sentido de simplificar os procedimentos da política de coesão e de racionalizar os requisitos de controlo, monitorização e comunicação também tornarão a política de coesão mais acessível para os cidadãos e menos intimidadora em termos de procedimentos/burocracia. ■

“O papel dos instrumentos financeiros no período pós-2020 tornar-se-á mais proeminente devido aos benefícios que oferecem em termos de eficácia e sustentabilidade do financiamento público.”



Κυπριακή Δημοκρατία

Superar os desafios económicos e políticos em conjunto

Günther Oettinger, Comissário europeu responsável pelo Orçamento e pelos Recursos Humanos reflete sobre o futuro papel da política de coesão no orçamento da UE.



Como pode o próximo período financeiro estar em maior sintonia com os atuais desafios políticos e económicos?

Isso é exatamente o que nos deverá dizer o processo de reflexão sobre o futuro da UE a 27 lançado pela Comissão. Juntamente com a minha colega Comissária Corina Crețu, estou a preparar um documento de reflexão sobre o futuro das finanças da UE. Este contribuirá para o debate sobre o futuro da Europa, juntamente com outros documentos relativos às prioridades políticas e económicas da UE: a dimensão social da Europa, a globalização, a defesa e o futuro da União Económica e Monetária. Apresentará as diversas questões, opções e soluções de compromisso que poderemos ter de abordar com base nos cenários que escolhermos para o futuro da UE.

Quero que seja um debate positivo. Acredito que tal é possível: desde que o orçamento da UE esteja melhor alinhado com as prioridades políticas e se centre em

“ Para mim, é particularmente animador o reconhecimento comum do papel fundamental que o orçamento da UE desempenha na construção europeia, do facto de trazer estabilidade, de que é uma expressão de solidariedade e do valor de atuar em conjunto. ”

programas e áreas políticas com claro valor acrescentado europeu. «Nenhum euro gasto sem valor acrescentado para a UE» deverá ser o nosso princípio orientador, refletindo que a Europa pode superar os desafios económicos e políticos mais facilmente se o fizer em conjunto.

Que papel vê para a política de coesão pós-2020 no apoio ao crescimento económico da Europa?

A política de coesão tem sido um motor do crescimento económico e do emprego, tendo contribuído para o desenvolvimento

de várias regiões. Deste modo, tem claramente um valor acrescentado europeu. Durante e no rescaldo da crise económica e financeira, ajudou a evitar graves perturbações em várias regiões. Por isso, esta política deve permanecer uma parte importante do futuro orçamento da UE. Mas devemos pensar se é possível reforçar o seu valor acrescentado para a UE, centrando ainda mais as atenções em projetos que contribuam fortemente para as prioridades da UE, nomeadamente em matéria de emprego e crescimento. Uma questão importante é se devemos centrar-nos mais nas regiões carenciadas.

“ *A comunicação dos resultados da política de coesão de uma forma eficaz é fundamental. É uma responsabilidade partilhada com os Estados-Membros e os órgãos de poder local e regional.* ”



Temos de refletir sobre como podemos ajudar as regiões que são fortemente afetadas pela globalização e evolução tecnológica. Por fim, temos de pensar na simplificação das suas regras de execução de modo a reduzir o ónus administrativo para todos.

Com base na experiência atual, considero também bastante convincente que a política de coesão seja mais eficaz quando combinada com um quadro económico nacional conducente ao crescimento, ou seja, onde as reformas estruturais necessárias sejam realizadas para assegurar a existência do quadro jurídico, das capacidades administrativas e do ambiente empresarial relevantes. Por isso, para mim, a ligação entre a política de coesão e a agenda geral de governação económica deve ser reforçada no próximo quadro financeiro.

Como poderia ou pode a política de coesão ajudar a UE a aproximar-se novamente dos seus cidadãos?

A melhor forma de a política de coesão demonstrar o seu valor aos cidadãos da UE é atendendo às suas necessidades

e expectativas: criar emprego e crescimento e contribuir para a resposta a novas prioridades, nomeadamente em matéria de segurança da energia, migração e defesa e segurança.

Obviamente, a comunicação dos resultados da política de coesão de uma forma eficaz é também fundamental. a comunicação é uma responsabilidade partilhada com os Estados-Membros e com os órgãos de poder local e regional. Contudo, embora os regulamentos incluam a obrigação legal de fornecer informações sobre os projetos financiados pela política de coesão, é importante encontrar os canais de distribuição certos e visar o público certo para garantir a transmissão da mensagem sobre os benefícios do apoio europeu.

As ações concretas a realizar devem utilizar todos os instrumentos existentes, colaborar com os órgãos de poder nacional, regional e local, e ainda equilibrar a utilização de campanhas dos meios de comunicação e das redes sociais com eventos/debates públicos que aumentem a sensibilização e ofereçam às pessoas a oportunidade de expressarem as suas opiniões.

Várias pessoas e associações com diferentes interesses manifestaram as suas opiniões sobre o futuro quadro financeiro plurianual (QFP).

Consegue ver um ou mais traços comuns nessas opiniões e, se sim, quais?

Para mim, é particularmente animador o reconhecimento comum do papel fundamental que o orçamento da UE desempenha na construção europeia, do facto de trazer estabilidade, de que é uma expressão de solidariedade e do valor de atuar em conjunto. Um traço comum é certamente a exigência no sentido de tornar o orçamento mais adequado às prioridades políticas em evolução e aproximá-lo dos cidadãos da UE.

Estas são, obviamente, expectativas válidas, mas há diferentes formas e opiniões sobre como o conseguir. Nesta fase, não tenho nenhuma ideia preconcebida sobre como deve ser o futuro QFP — é ainda demasiado cedo para dizer. Embora tenha as minhas preferências, é claro, o mais importante é que permaneço aberto a todas as opiniões das partes interessadas e aos resultados do debate público sobre o futuro da UE a 27. ■

Política de coesão: valor acrescentado real para as regiões

Face ao atual descontentamento na Europa — julgando pelas várias crises em curso que nela se alastram — a União Europeia deve tirar partido das suas políticas mais eficazes. Entre estas, a política de coesão é um elemento central e provou várias vezes ser uma das únicas políticas capazes de ajudar a UE a restaurar uma imagem pública positiva.



Paul Magnette
Ministro-Presidente da Valónia

A programação para 2014-2020 fortaleceu a União enquanto importante instrumento de financiamento e enquanto mecanismo essencial para a aplicação da agenda europeia. Atuando como catalisador do investimento público e privado em colaborações e projetos europeus de elevado valor acrescentado na União, a política de coesão torna possível o estabelecimento de uma maior solidariedade entre a UE, os Estados-Membros e as suas regiões, e, mais concretamente, entre as regiões, as empresas e os cidadãos.

Por conseguinte, o Fórum representa uma oportunidade para a região da Valónia demonstrar o valor acrescentado trazido pela política de coesão, juntamente com os vários apoiantes da política.

Na Valónia, durante o período de programação 2007-2013, foram criados 10 996 postos de trabalho através de medidas de apoio às empresas e à criação de emprego financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, e foram

recrutados 401 investigadores como parte das atividades de investigação e desenvolvimento. Entretanto, como parte de iniciativas do Fundo Social Europeu, um milhão de participantes (a maioria com acesso particularmente fraco a oportunidades de emprego) recebeu apoio ou formação.

“A política de coesão é um elemento central e provou várias vezes ser uma das únicas políticas capazes de ajudar a UE a restaurar uma imagem pública positiva.”

É também importante salientar a importância do desenvolvimento de uma abordagem integrada para o desenvolvimento regional, de ecossistemas e colaborações fortes com outras regiões europeias e, em especial, do desenvolvimento de uma estratégia regional para a especialização inteligente, que provou ser um instru-

mento de coordenação notavelmente eficaz. Esta abordagem não só deve ser mantida, como também deve ser desenvolvida para assegurar que a política de coesão constitui um mecanismo importante para as estratégias regionais já existentes em toda a UE.

No âmbito do trabalho iniciado pelo «Livro Branco sobre o futuro da Europa», é fundamental que a política de coesão continue a ser um foco central dos debates. Enquanto os 28 (em breve 27) Estados-Membros procuram restabelecer a essência do projeto europeu, a UE deve evitar o afastamento dos seus próprios cidadãos ao negligenciar esta política de solidariedade entre as pessoas. Pelo contrário, deve reforçá-la para fazer face ao maior desafio que alguma vez teve de superar: a emergência de uma UE forte no seu património múltiplo e futuro comum, e que «fale a uma só voz, em todas as suas línguas, de todas as suas almas».



Wallonie

Realizar ajustes e apostar no crescimento

Os desenvolvimentos no contexto da política de coesão da UE implicam uma mudança de direção, com base no reconhecimento da importância da abordagem territorial em prol do desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo, o curso das economias grega e europeia está ligado aos desenvolvimentos na esfera económica mundial. A nível europeu, a natureza da crise e a interligação estreita das economias requerem uma nova forma de compreensão internacional e ação coordenada.

«A política de coesão é chamada a fazer um contributo substancial para os esforços de recuperação das economias nacionais e regionais.»

Assim sendo, a política de coesão é um dos pilares básicos da estrutura. Neste contexto, as regiões gregas, incluindo a região de Creta, obtiveram benefícios significativos, com recursos comunitários de cerca de 64 mil milhões euros a serem canalizados para o nosso país nas últimas duas décadas.

Estes recursos contribuíram para o desenvolvimento de uma rede significativa de infraestruturas, melhorando o empreendedorismo, modernizando

a administração pública e melhorando os recursos humanos. A avaliação do período 2007-2013 revela que, especialmente para as regiões de convergência, os fundos estruturais asseguraram um aumento de 4% no PIB. Além disso, foram criadas 122 000 novas pequenas e médias empresas e 322 000 postos de trabalho. No total, os fundos foram responsáveis pela criação de 940 000 novos postos de trabalho.

À medida que muitas regiões europeias são afetadas pela crise económica, a política de coesão é chamada a fazer um contributo substancial para os esforços de recuperação das economias nacionais e regionais. De facto, o quadro regulamentar para o período 2014-2020 incentiva-nos a direcionar os recursos disponíveis para os setores e as atividades que resultam em maior crescimento.

É um facto que o valor acrescentado e a eficácia da política de coesão estão agora a ser discutidos por decisores políticos, académicos e outras partes interessadas.

Enquanto representante de Creta — uma região insular europeia — gostaria de salientar que a política de coesão é vital para o progresso das regiões europeias e a prosperidade dos cidadãos. É um dos principais pilares da União Europeia que deve ser prosseguido após o final do atual período de programação. Efetivamente, deve considerar-se a possibilidade de apoio adicional para que esteja em posição de responder ao papel que foi instada a desempenhar.



Stavros Arnaoutakis
Governador da região de Creta

Por essa razão, todos os que representam as regiões europeias têm o dever de salientar os benefícios e a importância desta política, para a proteger de considerações políticas com falta de visão. Estamos dispostos a participar num diálogo frutuoso que identificará os ajustes institucionais, as simplificações processuais e as opções estratégicas necessárias para reforçar a política de coesão, com implicações óbvias aos níveis europeu e internacional. ■



Περιφέρεια Κρήτης
Region of Crete

A política de coesão é crucial para uma ampla capacidade de inovação nas regiões da Suécia

No contexto das fricções sentidas atualmente na UE, é mais importante do que nunca uma política de coesão forte.



Lena Micko
Presidente da Associação Sueca de
Autoridades Locais e Regiões
(SALAR)

Atualmente, a UE depara-se com enormes desafios. o fluxo de refugiados colocou sob tremenda pressão vários Estados-Membros individuais e a cooperação europeia em geral. o resultado do referendo do Reino Unido também contribuiu para as fricções na coesão europeia. Além disso, a UE enfrenta grandes desafios globais, como as alterações climáticas, a urbanização e o envelhecimento da população, bem como desafios estruturais no mercado de trabalho originados pelo rápido desenvolvimento técnico. Estes desafios terão seguramente de ser abordados no próximo quadro financeiro.

A política de coesão existente já aborda vários destes desafios e contribui para a mobilização a nível local e regional, que é crucial para a obtenção de resultados concretos. Estou convicta de que esta política também deve assumir um papel preponderante no próximo quadro financeiro plurianual.

A política de coesão estabelece a ligação das autoridades locais e das regiões com o projeto europeu. a nível local, a UE adquire visibilidade e faz a diferença em prol dos cidadãos através destes investimentos. a política de coesão pode desempenhar um papel decisivo na restauração de uma parte da credibilidade perdida da UE.

Na Suécia, o Fundo Social Europeu (FSE) teve um papel importante na ajuda ao grande número de imigrantes recém-chegados em vários municípios e regiões. Por exemplo, estão a ser financiadas medidas de orientação e de formação linguística para ajudar as mulheres imigrantes recém-chegadas a adquirirem qualificações profissionais que lhes permitam encontrar emprego. Contudo, a SALAR considera que serão necessários certos ajustes na orientação.

Acreditamos que os fundos podem ser utilizados de uma forma ainda mais eficaz para apoiar as iniciativas de integração. Defendemos a criação de uma iniciativa de emprego específica para os imigrantes recém-chegados no âmbito do FSE, à semelhança da iniciativa de emprego para os jovens lançada pela Comissão Europeia no atual período de programação.

Tal iniciativa visaria os Estados-Membros e as regiões que receberam mais imigrantes e teria por objetivo criar condições para a integração e a formação deste grupo-alvo. Assim, o FSE satisfaria as necessidades de competências e qualificações a nível regional.

“A política de coesão estabelece a ligação das autoridades locais e das regiões com o projeto europeu. a nível local, a UE adquire visibilidade e faz a diferença em prol dos cidadãos através destes investimentos.”

Na Suécia, a política de coesão também desempenha um papel decisivo no apoio ao trabalho de inovação das regiões. a especialização inteligente é uma metodologia de trabalho de assinalável sucesso para concentrar os recursos a nível regional. Baseia-se na força específica de cada região e é importante para o desenvolvimento de toda a Europa. Um enfoque mais claro na especialização inteligente no próximo período de programação levaria a uma ligação mais estratégica entre projetos, melhores sinergias com outros programas da UE e melhor complementaridade e cooperação entre as regiões da Europa. ■



Swedish Association
of Local Authorities
and Regions

Todos os 290 municípios e 20 distritos e regiões da Suécia são membros da Associação Sueca de Autoridades Locais e Regiões. a SALAR representa e atua sob a sua iniciativa, com a missão de lhes proporcionar melhores condições de autonomia.

<https://skl.se/english>

Ação local para superar as disparidades regionais

Na República Checa, as condições prévias para os governos locais acederem a mais subsídios europeus incluem menos burocracia, menos verificações e um melhor sistema.

Durante o período de programação 2007-2013, os governos locais na República Checa implementaram mais de 23 000 projetos, num valor superior a 153 mil milhões de coroas checas (cerca de 5,46 mil milhões de euros), recorrendo a subsídios europeus. Assim sendo, os fundos da UE desempenharam e continuam a desempenhar um papel importante no financiamento do setor público. Por exemplo, permitiram a realização de investimentos significativos no ambiente e o apoio a projetos mais pequenos que são essenciais para o desenvolvimento local.

Para beneficiar uma localidade específica e a respetiva população, as cidades e vilas puderam obter o dobro do montante em dinheiro dos fundos europeus comparativamente ao montante disponível no primeiro período de programação. a utilização de fundos da política de coesão económica, social e territorial foi, é e espera-se que continue a ser uma das maiores oportunidades que a República Checa adquiriu ao aderir à UE.

Em termos de absorção efetiva, a futura política de coesão deve basear-se nas realizações das estratégias regionais e nacionais de cada Estado. Em traços simples, deve basear-se nas necessidades específicas de cada país. As definições adequadas na cooperação com os parceiros regionais demonstram com precisão as áreas que necessitam de atenção e, portanto, de apoio no âmbito da política de coesão.



František Lukl
Presidente da União de Cidades e Municípios da República Checa

“ Os instrumentos da política de coesão representam um pesado ónus administrativo e regras complicadas e não uniformes difíceis de seguir, especialmente pelas cidades e pelos municípios de menores dimensões. ”

As necessidades reais de um território só podem ser apuradas a nível local, a partir de baixo, o que significa que é necessário promover uma abordagem territorial. Por este motivo, as futuras decisões devem centrar-se na superação das diferenças económicas regionais. Agora, é evidente que a política de coesão não deve centrar-se apenas em temas económicos e de investimento, devendo procurar tornar as zonas rurais e montanhosas remotas e as periferias interiores mais atrativas através do apoio ao seu crescimento e do aumento do emprego local e da qualidade de vida. o objetivo deve ser que as pessoas permaneçam nestas zonas e continuem a desenvolver o seu território.

Enquanto Presidente da União de Cidades e Municípios da República Checa e Presidente da Câmara da cidade checa de Kyjov, gostaria também de assinalar que

existem alguns obstáculos que limitam a capacidade dos municípios para utilizarem instrumentos da política de coesão. Este são, sobretudo, o pesado ónus administrativo e as regras complicadas e não uniformes difíceis de seguir, especialmente pelas cidades e pelos municípios de menores dimensões. é por este motivo que os governos locais têm menor sucesso na obtenção de subsídios europeus.

Outro grande problema na República Checa é o sistema de controlo complexo. Diferentes entidades de controlo verificam os mesmos projetos, chegando frequentemente a diferentes conclusões. Assim, os municípios vivem num medo constante de sanções. Certamente que isto em nada contribui para a estabilidade do sistema de obtenção de subsídios europeus, acabando mesmo por desencorajar totalmente vários governos locais de implementarem quaisquer projetos financiados pela UE.

Na preparação do próximo período de programação, é essencial que as informações e experiências locais sejam tidas em consideração. a administração necessária para os projetos europeus deve ser reduzida, o sistema de subsídios deve ser simplificado e as verificações devem ser racionalizadas. Só assim os governos locais têm a apetência (e a coragem) para implementarem projetos financiados por subsídios europeus e prosseguirem o principal objetivo da política de coesão, que é reduzir as disparidades regionais. ■

Svaz měst a obcí
SMO
ČESKÉ REPUBLIKY

A União de Cidades e Municípios da República Checa é uma organização não governamental voluntária e apolítica fundada como um grupo de interesse de entidades legais:

<http://www.smocr.cz/default.aspx?languageCode=EN>

Aumento da sensibilização e percepção dos cidadãos em relação à política regional da UE

O mais recente inquérito Eurobarómetro específico da política regional (primavera de 2017) apresenta muitos resultados interessantes que, uma vez mais, oferecem indicadores úteis para todos os que trabalham nas comunicações da política regional da UE.

afirmaram que já tinham ouvido falar do mesmo (dos quais 38% não tinham a certeza se era utilizado ou não no seu país). Este resultado impressionante pode estar associado à cobertura da ajuda de emergência que é efetuada nas notícias televisivas nacionais em horário nobre em toda a Europa.

O Fundo de Solidariedade da União Europeia é muito popular

Pela primeira vez, os cidadãos foram consultados acerca do Fundo de Solidariedade da União Europeia. Uns impressionantes 59%

Maior sensibilização e percepção positiva

A sensibilização para os projetos da política regional é ligeiramente superior ao nível da UE em comparação com o anterior inquérito em 2015: 35% dos inquiridos afirmaram que tinham ouvido falar de projetos cofinanciados pela UE no seu município ou região, o que

Gráfico 1 e gráfico 2 a Europa fornece apoio financeiro às regiões e aos municípios. Tomou conhecimento de algum projeto cofinanciado pela UE para melhorar a área onde vive? (% - SIM)

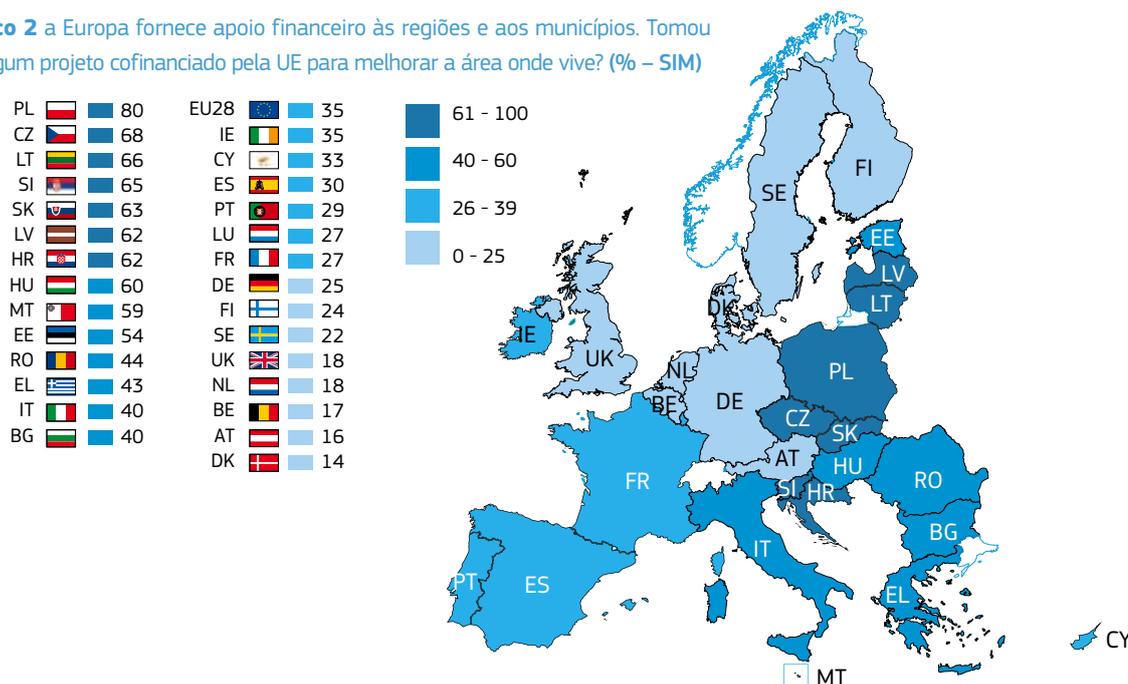


Gráfico 2

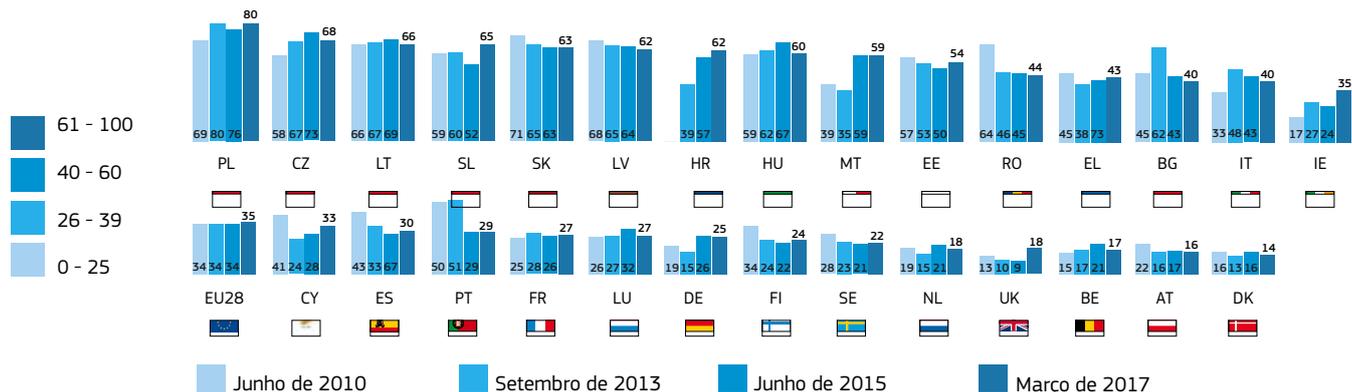


Gráfico 3 Tendo em consideração todos os projetos de que tomou conhecimento, diria que este apoio teve um impacto positivo ou negativo no desenvolvimento do seu município ou região? (% – SIM)

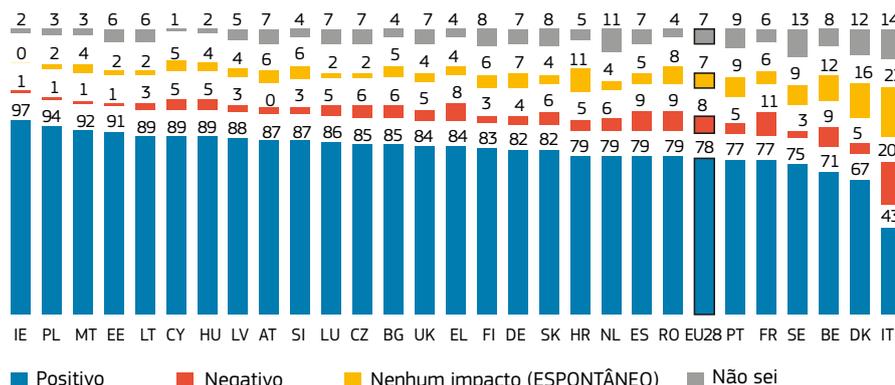
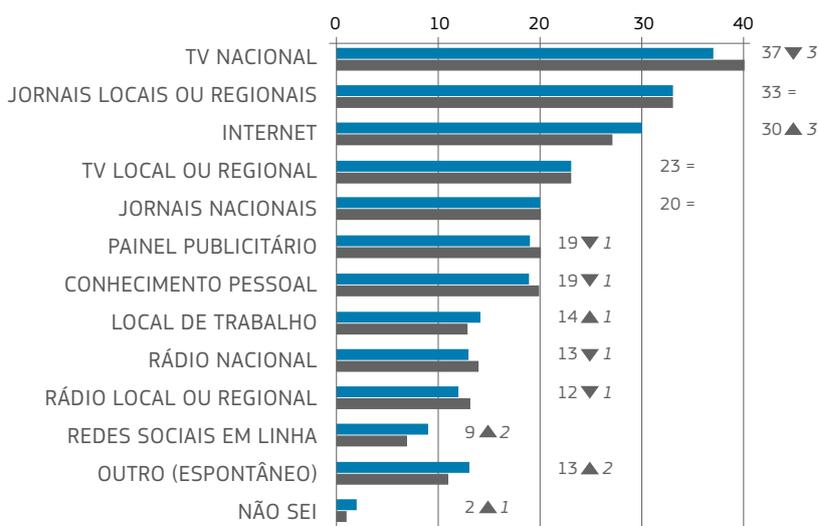


Gráfico 4 Onde tomou conhecimento do projeto? e quando? (várias respostas possíveis) (% – UE)

Março de 2017
Junho de 2015



representa um aumento 1 ponto percentual (pp). Existem variações significativas entre os países, desde 80% na Polónia, 68% na República Checa e 66% na Lituânia até 14% na Dinamarca, 16% na Áustria e 17% na Bélgica. Ver mais detalhes no gráfico 1.

A Eslovénia (+13 pp), a Irlanda (+11 pp) e o Reino Unido (+9 pp) demonstram o maior aumento de sensibilização, ao passo que a Hungria (-7 pp), a República Checa e o Luxemburgo (-5 pp cada) registam uma diminuição da sensibilização. o gráfico 2 evidencia esta tendência.

Atrair a atenção dos cidadãos só vale realmente a pena se os investimentos da UE nas regiões forem percebidos de forma positiva. Os resultados são animadores: 78% dos inquiridos que afirmaram ter conhecimento de tais projetos têm uma opinião positiva sobre o seu impacto (ver gráfico 3). São mais 3 pp do que no inquérito anterior. No total, com a exceção de Itália, pelo menos dois terços dos cidadãos em todos os Estados-Membros reconhecem o impacto positivo destes investimentos, com a Irlanda (97%), a Polónia (94%) e Malta (92%) a assumirem a liderança.

Que meios de comunicação devem ser priorizados?

O inquérito também fornece uma análise detalhada sobre o tipo de meios de comunicação através dos quais os cidadãos ficam

a conhecer os projetos da política regional da UE. Em termos gerais, a TV (nacional e regional em conjunto) continua a ser a fonte mais importante, com 60% das menções, seguida dos jornais (regionais e nacionais) com 53% e da Internet e das redes sociais com um valor combinado de 39% das menções (eram possíveis várias respostas). Com 19% das menções, os painéis publicitários e as placas comemorativas também desempenham um papel importante (ver gráfico 4).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES EM REVISTA NAS FICHAS INFORMATIVAS DE CADA PAÍS

Os leitores interessados nas principais conclusões de um determinado país devem consultar as fichas informativas acerca da política regional, disponíveis em linha na(s) língua(s) nacional(is) e em inglês (consultar: <http://europa.eu/!fp74dJ>). Para uma análise detalhada por país, recomenda-se um olhar mais atento ao relatório do Eurobarómetro ou aos conjuntos de dados.

Tirar o máximo partido dos FEEI

A *Panorama* fala com Mari Kiviniemi, Secretária-Geral Adjunta da OCDE, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) explica a importância das iniciativas de base local e da coordenação e aplicação eficazes dos instrumentos europeus de financiamento para melhorar o investimento e o seu impacto a nível local, regional e nacional em toda a UE.



Qual é a posição geral da OCDE quanto aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento?

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) assumem uma dimensão de base local importante no conjunto de instrumentos de política da UE. Nos últimos anos, estes fundos integraram gradualmente o pacote global de políticas estruturais, dado o seu enfoque crescente nos principais catalisadores do crescimento económico, incluindo infraestruturas, inovação e competências. Os FEEI devem manter o foco nestes objetivos de reforço do crescimento e resistir às pressões crescentes no sentido de desviar tais fundos para outras necessidades. Contudo, estas políticas devem ser complementadas por considerações importantes. a primeira é a necessidade de as diferenciar nas várias regiões, para assegurar que dão prioridade às necessidades mais prementes de cada local. a segunda é assegurar a adicionalidade na política regional da UE, para garantir que complementam (e não

substituem) as despesas públicas nacionais e que os fundos são aplicados de forma eficaz. a terceira, mas igualmente importante, é assegurar que são bem coordenadas em todos os níveis de governação e estão alinhadas com as decisões de investimento nas esferas nacional, regional e local, o que ajudaria a melhorar a eficácia dos investimentos.

Qual deverá ser o papel destes fundos no âmbito do orçamento da UE e, mais em geral, na consecução dos objetivos da política económica?

Em comparação com as normas da OCDE, o sistema da UE de orçamentação baseada no desempenho e nos resultados está entre os mais avançados no índice padrão dos quadros de orçamentação baseada no desempenho. Com base

“ Os FEEI são um dos poucos instrumentos de solidariedade nos países da UE, o que é especialmente importante para os países da área do euro para os quais não existem transferências orçamentais intergovernamentais. ”

numa análise da OCDE, em fase de finalização, as práticas orçamentais da UE incluem vários aspetos eficazes e inovadores que podem servir de lição para os governos nacionais, refletindo-se nas suas agendas de reforma orçamental baseada no desempenho. Em particular, o «Orçamento centrado nos resultados» da UE é uma iniciativa meritória destinada a reforçar ainda mais as ligações entre o dinheiro gasto e os impactos visíveis. a OCDE vê espaço para que as prá-

“ *Uma característica única dos FEEI é o prazo mais longo do compromisso formalizado, que é de sete anos, em comparação com os prazos mais curtos das políticas territoriais nos países fora da Europa.* ”



ticas orçamentais da UE beneficiem mais através do desenvolvimento de articulações claras e concisas dos objetivos e resultados da política económica e de outras políticas, *ex ante* e *ex post*, ajudando o Parlamento e o Conselho a empenharem-se mais intensamente na substância política do orçamento da UE.

Em linha com a agenda da OCDE para um crescimento inclusivo, o orçamento da UE financia ações para abordar os objetivos de crescimento e de coesão. Dada a sua forte orientação para os investimentos, os fundos devem procurar aumentar o crescimento da produtividade das economias europeias. Ao mesmo tempo, os fundos são um dos poucos instrumentos de solidariedade nos países da UE, o que é especialmente importante para os países da área do euro para os quais não existem transferências orçamentais intergovernamentais. Contudo, existem questões importantes relativas ao tipo de investimentos efetuados, já que o valor acrescentado europeu pode ser menos evidente, especialmente quando os recursos são utilizados para alívio a curto prazo.

Que condições importantes são necessárias para maximizar o seu impacto e para a sua eficaz implementação?

É importante que os investimentos dos FEEI sejam favoráveis ao crescimento, de modo a alavancar o seu impacto a nível da composição e eficiência das finanças públicas. Se forem mobilizados para complementar os fundos públicos nacionais e o investimento privado, podem promover maiores investimentos e produtividade. Para maximizar o seu impacto a nível nacional e subnacional, são essen-

ciais quadros de governação sólidos mais capacitados para coordenar o investimento a todos os níveis da governação e para modernizar a capacidade administrativa. Para ajudar a gerir esta dependência mútua no investimento público, a OCDE desenvolveu 12 princípios relativos ao *Investimento público eficaz em todos os níveis da administração*, que foram aprovados pelo Comité das Regiões da UE. As orientações abrangem como gerir os desafios associados à coordenação vertical, a coordenação horizontal nas jurisdições para investir à escala relevante, as capacidades subnacionais e as condições gerais do quadro para um investimento público eficaz.

A recomendação da OCDE sublinha que são necessários instrumentos de governação para gerir esta coordenação, o que não acontece espontaneamente. Tais instrumentos incluem, por exemplo, plataformas de diálogo, mecanismos de cofinanciamento e incentivos financeiros para a coordenação. As condicionalidades também podem promover uma melhor governação do investimento público em determinadas condições. Na UE, as condicionalidades *ex ante*, introduzidas no período financeiro 2014-2020, asseguraram uma ligação direta entre os investimentos cofinanciados pelos FEEI e as políticas a nível da UE, e ajudam a desencadear reformas políticas para promover a melhor implementação dos fundos.

Como avalia a política de coesão europeia e estes fundos em comparação com outras políticas territoriais nos países fora da UE?

É extremamente difícil avaliar o impacto de qualquer política no desempenho de

um dado país, região ou economia local. No caso dos FEEI, na última década, vários países onde estes fundos apoiaram a convergência apresentaram também uma consolidação/contenção fiscal no rescaldo da crise financeira, levando a uma forte contração do investimento público na Europa. Contudo, estes fundos foram uma das poucas fontes estáveis de apoio ao investimento durante este período, especialmente para os governos subnacionais.

Uma característica única dos FEEI é o prazo mais longo do compromisso formalizado, que é de sete anos, em comparação com os prazos mais curtos das políticas territoriais nos países fora da Europa. Assim sendo, os FEEI proporcionam um instrumento político de ajuste estrutural a longo prazo para ajudar as economias regionais a anteciparem-se e a adaptarem-se, de modo a oferecerem aos residentes em todo o lado uma oportunidade de encontrar opções viáveis de desenvolvimento. Os nossos estudos em países da OCDE revelam dois ingredientes fundamentais para a conceção de políticas territoriais de sucesso. o primeiro é a necessidade de construir ligações eficazes entre as cidades e as zonas rurais em termos de políticas de infraestruturas, ordenamento do território, integração no mercado de trabalho e respostas de governação. o segundo é a importância do setor de bens transacionáveis, ou seja, os que estão expostos à concorrência internacional, para o processo de recuperação das regiões menos desenvolvidas. Os nossos estudos revelam que as regiões em recuperação tendem a ser mais especializadas nestas atividades transacionáveis. ■

Instrumentos territoriais para abordar as prioridades regionais e locais

O desenvolvimento sustentável de toda a Europa não melhorará apenas a sua atratividade económica, mas também a sua capacidade para resolver diversas crises financeiras, económicas e sociais — existentes e futuras.

A importância fundamental da política de coesão resultou diretamente do Tratado de Lisboa e continua até hoje. A eliminação das disparidades de desenvolvimento é um fator decisivo na posição competitiva da Europa a nível mundial. Isto reflete-se, acima de tudo, no facto confirmado pelas instituições da UE de que cada euro investido na política de coesão gera em média 2,75 euros, apesar da burocracia e da complexidade excessivas dos instrumentos da política.

“É necessária uma mudança radical na forma como os cidadãos da UE são informados acerca dos efeitos da política de coesão. Apesar de serem inegáveis, estes efeitos são quase totalmente desconhecidos dos cidadãos.”

O desenvolvimento mais rápido de muitas partes da Europa não só ativa o potencial inerente até agora inutilizado, mas também torna estas áreas mais atrativas para os investidores, turistas e outros parceiros de todo o mundo.

A política de coesão também produz resultados mensuráveis, que podem ser vistos na Polónia, por exemplo, através do desenvolvimento de áreas abrangidas pelo programa especial para a Polónia Oriental e da atual taxa mais rápida de aumento nos indicadores de desenvolvimento para as zonas rurais em comparação com as cidades.



Andrzej Porawski
Diretor Executivo da
Associação de Cidades Polacas

A concentração das intervenções nas áreas prioritárias é uma grande vantagem da política de coesão. Evidentemente, o novo período de programação pode ser alvo de um ajuste nas prioridades, adaptando-as às necessidades e aos desafios em rápida evolução. Contudo, também deve permitir uma melhor flexibilidade na determinação de objetivos detalhados em áreas prioritárias.

Nesta perspetiva, é importante capacitar os órgãos de poder regional e local para especificarem em pormenor os objetivos para as áreas de intervenção adotadas. Os programas operacionais regionais e locais (relativamente às zonas funcionais urbanas) devem constituir os instrumentos utilizados para implementar a política de coesão. Os consórcios de órgãos de poder regional ou local devem operar estes programas, que devem ser criados e implementados de acordo com o princípio da orientação territorial das intervenções.

Os instrumentos territoriais devem centrar-se nos desafios enfrentados pelas

zonas funcionais urbanas em matéria de otimização da utilização dos recursos locais e de melhoria das condições comerciais e de vida. Tais instrumentos dedicados à maior inclusão das zonas rurais nos processos de desenvolvimento são também necessários. A natureza específica dos desafios enfrentados por estas zonas requer a criação de instrumentos territoriais ao abrigo dos programas operacionais, que também tenham em conta os recursos do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

É necessária uma mudança radical na forma como os cidadãos da UE são informados acerca dos efeitos da política de coesão. Apesar de serem inegáveis, estes efeitos são quase totalmente desconhecidos dos cidadãos, que não estão cientes da importância dos resultados sociais, económicos, ambientais, culturais e civilizacionais da política. É a política de coesão que mais pode contribuir para a superação da crise de identidade na UE — sobretudo porque os seus efeitos são gozados pelos beneficiários e pelas áreas altamente desenvolvidas, por exemplo na forma de encomendas adicionais, crescimento nas exportações, capital investido e novos postos de trabalho. ■



A Associação de Cidades Polacas ajuda as cidades do país a desenvolverem-se social e economicamente, e a divulgar boas práticas na governação moderna e inovadora de comunidades. Trabalha com entidades públicas e privadas a fim de criar as melhores condições possíveis, para permitir que as cidades prestem serviços públicos da maior qualidade: <http://www.zmp.poznan.pl/en>

Flexibilidade, simplificação, competitividade e inovação para a política de coesão pós-2020

Hoje em dia, a União Europeia depara-se com desafios imprevistos de uma dimensão sem precedentes. Existe uma forte necessidade de concentração no investimento público e privado, de reforço da competitividade da UE e de concretização de uma melhor coerência entre as diferentes estratégias, bem como entre as suas ligações com as estratégias regionais e setoriais nacionais.



Iskra Mihaylova
Presidente da Comissão do
Desenvolvimento Regional do PE

nifica que será essencial uma melhor coordenação das políticas da UE que afetam as cidades.

É também necessária uma melhor coordenação entre as prioridades da UE, as necessidades nacionais e as necessidades regionais e locais. Neste contexto, a nova prorrogação do Programa de Apoio às Reformas Estruturais da UE contribuirá para a utilização eficiente e mais eficaz dos fundos da União. Deve assegurar-se uma melhor complementaridade na implementação dos FEEI, do FEIE e de outros instrumentos financeiros, para ajudar os países e as regiões a desbloquearem um novo potencial de crescimento e a aumentarem a sua produtividade e competitividade.

Gostaria ainda de salientar a importância da prorrogação do FEIE e da conclusão da revisão do Regulamento Financeiro 2014-2020 e respetivos atos subordinados, que abrirão caminho para a flexibilidade, simplificação, efeitos de alavanca e mais investimentos.

É extremamente importante criar mecanismos e plataformas institucionalizadas amplas de cooperação, para assegurar uma melhor visibilidade e o aumento da sensibilização para as melhores práticas e os sucessos alcançados na implementação dos FEEI.

A política de coesão continua a ser a principal política de investimento, tendo potencial para contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável da Europa e para alcançar a coesão económica, social e territorial na Europa. Estes objetivos são mais relevantes do que nunca, tendo em conta as crises que ameaçam o âmbito do projeto europeu.

A Comissão do Desenvolvimento Regional tem-se coordenado bem com a Comissão Europeia, o Conselho, o Comité das Regiões e as organizações de cooperação inter-regional. Tem centrado os seus esforços na prestação de apoio à implementação da política de coesão e no controlo da mesma e do seu impacto geral, bem como na definição das tendências para o seu desenvolvimento futuro.

A futura política de coesão modernizada deve ter por base a orçamentação baseada no desempenho, as condicionantes *ex ante* e a concentração temá-

tica, prevendo ao mesmo tempo uma flexibilidade que lhe permita dar resposta às necessidades específicas que possam surgir de repente. As ligações ao Semestre Europeu e ao processo de governação económica da UE devem ser mantidas para assegurar o quadro de investimento certo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

“O Programa de Apoio às Reformas Estruturais da UE contribuirá para a utilização eficiente e mais eficaz dos fundos da União.”

A cooperação territorial europeia (Interreg) provou a sua eficácia e valor acrescentado para os objetivos da UE, contribuindo para o reforço da coesão territorial, pelo que deve continuar a ser um instrumento importante pós-2020.

A urbanização será a tendência determinante nas próximas décadas, o que sig-



Parlamento Europeu

Visão dupla para a política de coesão pós-2020

Os Presidentes da Câmara das cidades geminadas transfronteiriças de Valga e Valka apresentam a sua visão e sonhos pós-2020 para a política regional e urbana da UE.

As cidades de Valga (Estónia) e Valka (Letónia) representam um dos mais vívidos exemplos de como dois países vizinhos executam os valores básicos da UE. Centram atenções na liberdade de circulação de pessoas, funcionários, capitais e serviços, promovendo o desenvolvimento na Letónia e na Estónia — daí os projetos conjuntos serem uma necessidade para a vida e para o futuro.

“Valga e Valka estão prontas para estabelecer um modelo para áreas e cidades semelhantes, já que temos a experiência, a boa vontade e planos para um desenvolvimento conjunto.”

Esta cooperação será reforçada com a ajuda do projeto da UE «Valga-Valka twin town centre development» (desenvolvimento do centro das cidades geminadas de Valga-Valka), que é também um exemplo notável de como a UE zela pelo desenvolvimento regional. Neste contexto, devemos ainda mencionar que arquitetos de Espanha, Estónia, Letónia e Itália tornarão estas visões em realidade.



Vents Armands Krauklis
Presidente da Câmara de Valka (LV)



Kalev Härk
Presidente da Câmara de Valga (EE)

Esperamos que, com maior apoio dos governos da Letónia e da Estónia e das instituições da UE, possamos avançar rumo ao funcionamento como uma única cidade, com um serviço médico conjunto altamente qualificado, um sistema educativo melhorado e um desenvolvimento empresarial e mercado de trabalho conjuntos.

As diferenças na legislação, incluindo em matéria de impostos, não devem impedir este desenvolvimento. As cidades geminadas necessitam de leis e acordos especiais entre os Estados e ao nível europeu.

Valga e Valka estão prontas para estabelecer um modelo para áreas e cidades semelhantes, já que temos a experiência, a boa vontade e planos para um desenvolvimento conjunto. Numa altura em que se debate o futuro da UE, a nossa história de

sucesso pode servir como um excelente exemplo para convencer os eurocéticos que a UE é a única opção para ser competitivo mundo. ■

1 city, 2 states



VALGA • VALKA

Coesão através da inclusão: o nosso desafio para o futuro

Ouvimos frequentemente que a União Europeia está afastada dos cidadãos e que apenas está preocupada com as principais políticas económicas. Gostaria de convidar esses críticos a visitarem Santa Coloma de Gramenet e a descobrirem como uma política estrutural mudou de forma direta e tangível as vidas de muitas pessoas.

Em Santa Coloma de Gramenet, na Catalunha, os cidadãos podem desfrutar do magnífico cenário natural reabilitado do parque fluvial de Besòs, parar na biblioteca pública situada em frente de um centro empresarial municipal, nadar no centro desportivo ou fazer compras no mercado de Fondo, enquanto aguardam que os filhos saiam da creche estatal no mesmo edifício. Uma grande parte deste itinerário também pode ser seguida nas ruas que, como as áreas e infraestruturas supra-mencionadas, receberam financiamento da política de coesão.

Numa cidade metropolitana com poucos recursos financeiros como a nossa, entendemos a necessidade de assegurar financiamento para implementar os nossos projetos desde o início. Fizemo-lo através da primeira iniciativa comunitária URBAN — parte dos fundos estruturais — para ações urbanas específicas no programa operacional da Catalunha. e continuamos a fazê-lo no período 2014-2020 através de estratégias integradas e sustentáveis de desenvolvimento urbano.



Xavier Valderrama
coordenador de projetos europeus
de desenvolvimento urbano,
município de Santa Coloma de
Gramenet

Vemos estas oportunidades como parte de um processo em curso destinado a tornar a cidade mais equilibrada e autossuficiente, e adicionámos uma abordagem integrada em matéria de sustentabilidade, participação pública e nova governação local ao nosso património local existente.

“Gostaria de convidar esses críticos a visitarem Santa Coloma de Gramenet e a descobrirem como uma política estrutural mudou de forma direta e tangível as vidas de muitas pessoas.”

Apesar de a experiência da política de coesão ter sido muito benéfica, subsistem enormes desafios para o conjunto das cidades europeias, sendo o mais preocupante o número crescente de pessoas que vivem em risco de exclusão social. a crise

económica causou uma maior desigualdade nas nossas sociedades e é uma das principais razões da indiferença política que afeta todos os níveis de governo. Poderá verificar-se um paradoxo em que, após aquilo que expliquei acerca do caráter essencial da participação na UE para melhorar a vida das pessoas e apesar dos esforços realizados para transmitir esta mensagem, o público continua a culpar as instituições e a atribuir alguma responsabilidade às mesmas se os níveis de governo se tornarem mais distantes.

Por conseguinte, a nova política de coesão pós-2020 deverá reafirmar as suas prioridades para a inclusão social em todos os respetivos quadros de política regional. Especificamente, deverá propor, enquanto requisito, que as estratégias de desenvolvimento urbano incluam um plano para combater a exclusão social, incluindo objetivos quantificáveis, e que esta prioridade receba maior financiamento. a partir de agora, as estratégias nas nossas vilas e cidades devem centrar-se num desenvolvimento urbano que seja sustentável, integrado e inclusivo. Ninguém na sociedade deverá ser deixado para trás. Só podemos alcançar a coesão através da inclusão e só podemos crescer se nos tornarmos mais coesos. ■



Ajuntament
de Santa Coloma
de Gramenet

ENTREVISTA COM **MICHAEL STORPER**,
PROFESSOR DE GEOGRAFIA ECONÓMICA
NA LONDON SCHOOL OF ECONOMICS

As regiões são mais importantes do que nunca num mundo globalizado



Pouco antes de publicar o documento de reflexão «Controlar a globalização», a Comissão organizou um seminário de alto nível sobre «Globalização: qual a importância das regiões» para debater a geografia do crescimento, do emprego e das desigualdades na Europa, já que a globalização, a evolução tecnológica e o desenvolvimento sustentável afetam as regiões da UE de formas distintas. o Professor Michael Storper participou neste seminário.

Começou a sua apresentação citando o The Economist, dizendo que: «A desigualdade regional está a provar ser demasiado perigosa a nível político para ignorá-la», e prosseguiu dizendo que esta desigualdade acentua ainda mais o dilema que temos sobre se devemos investir nas regiões mais ou menos desenvolvidas. Por isso, o que é mais importante: a eficácia ou a equidade?

Para esta reunião de alto nível, trabalhei com os meus colegas **Simona Iammarino** e **Andres Rodriguez-Pose** no sentido de prepararmos um estudo intitulado «O desenvolvimento regional no centro do futuro económico da Europa». Defendemos que já não existe um compromisso simples entre eficácia e equidade: trata-se de uma ideia

obsoleta se por «eficácia» entendermos que concentramos tudo nas regiões com rendimentos mais elevados e esperamos que haja uma difusão dos benefícios para todas as outras regiões.

Os mecanismos de difusão perderam força: as qualificações estão a ficar concentradas em menos locais; a inovação segue a mesma tendência; a migração está a abrandar e a tornar-se mais seletiva, com um circuito para pessoas qualificadas e outro para pessoas menos qualificadas. Isto significa que, a longo prazo, as pessoas que estão a ser subutilizadas em muitas regiões não conseguem desenvolver os seus talentos, é cada vez mais difícil migrar e os empreendedores não conseguem entrar eficazmente no mercado.

“ Queremos obter os benefícios da concentração e especialização, mas também queremos disseminar estes benefícios a mais regiões, superando os atuais obstáculos à inovação, ao empreendedorismo, à qualificação e à mobilidade. ”



THE LONDON SCHOOL
OF ECONOMICS AND
POLITICAL SCIENCE ■

Por conseguinte, uma política que investe nas capacidades a longo prazo das pessoas, empresas e particulares em todas as regiões será mais eficaz do que uma que pressupõe que a concentração geográfica beneficiará todas as pessoas e todas as regiões. Ao mesmo tempo, não se trata de uma questão mutuamente exclusiva: temos de continuar a apoiar as regiões e os *clusters* metropolitanos de classe mundial da Europa perante a atual concorrência mundial. Esta política baseia-se numa noção redefinida de «equidade»: rejeita a antiga noção de redistribuição das regiões de maior sucesso para todas as outras regiões e substitui-a por uma definição de equidade baseada na estimulação do desenvolvimento em todas as regiões.

Efetivamente, menciona os talentos e talvez já saiba que a política regional introduziu um novo conceito: a especialização inteligente. Isto significa basicamente que encorajamos as regiões a identificarem os seus próprios pontos fortes e as suas vantagens comparativas, e a investirem nessas áreas. e introduz também na sua apresentação uma política baseada na diferenciação. Encontra alguma semelhança entre as duas?

Sim, nós propomos aprofundar o conceito de especialização inteligente e dar-lhe algumas ferramentas adicionais para

que possa ser mais eficaz. Realisticamente, nem todas as regiões podem especializar-se na mesma área: por isso, não faz sentido propor que todas as regiões tentem tomar-se num «pequeno Silicon Valley».

Em vez de uma abordagem genérica para a inovação e especialização, introduzimos o conceito de «clubes de desenvolvimento» que se refere às regiões com diferentes níveis de rendimentos *per capita*. Os desafios e os objetivos a curto prazo para as regiões com rendimentos baixos, médios e elevados são muito diferentes. o que é «inteligente» é que as regiões entendam em que clube de desenvolvimento se inserem e as suas especializações inteligentes realistas a médio prazo. Esta noção fornece precisão adicional ao conceito de especialização inteligente.

Por último, gostaria de parafrasear o título da sua apresentação: Globalização: as regiões são importantes?

De facto, a globalização diminuiu progressivamente a importância das regiões porque, embora a globalização dissemine riqueza por todo o mundo e existam 500 milhões de chineses que entraram agora na classe média mundial graças a ela, ao mesmo tempo concentra riqueza e rendimentos nas áreas metropolitanas em todo o mundo, em cada

país. Por isso, na realidade, as regiões têm mais importância do que nunca num mundo globalizado. Face a isto, queremos obter os benefícios da concentração e especialização, mas também queremos disseminar estes benefícios a mais regiões, superando os atuais obstáculos à inovação, ao empreendedorismo, à qualificação e à mobilidade. Estes obstáculos estão a ser, de alguma forma, reforçados pelas atuais tendências do mercado e os mecanismos de difusão são demasiado fracos para a tarefa de disseminar riqueza e oportunidades.

Para o efeito, propomos aquilo a que chamamos «estratégias de desenvolvimento distribuídas por local» (*place-sensitive distributed development strategies*, PSDDP), que são estratégias de desenvolvimento adaptadas às necessidades exatas — mas distintas — dos clubes de regiões com rendimentos baixos, médios e elevados na Europa. Cada um destes clubes tem um princípio orientador estratégico diferente e, assim, diferentes combinações de políticas e medidas para cada tipo de território. ■



A dimensão internacional da especialização inteligente

Corina Crețu, Comissária europeia para a Política Regional, Conferência «Smart Regions», Helsinquia

A especialização inteligente é uma nova abordagem ascendente baseada na localização para a inovação e a transformação económica na Europa. é também um forte componente do desenvolvimento regional através da inovação, com uma perspectiva para todas as regiões na Europa colherem os benefícios do crescimento baseado no conhecimento.

A especialização inteligente está a abrir novas oportunidades para a cooperação inter-regional em torno de prioridades partilhadas, complementando assim os pontos fortes de todas as partes e redefinindo o modelo europeu de crescimento e integração. o Conselho Europeu, o Parlamento Europeu e o Comité das Regiões Europeu salientaram a necessidade de continuar a desenvolver esta abordagem¹.

Reforço de capacidades

O âmago da política de coesão consiste em permitir que todas as regiões se tornem competitivas e aproveitem as oportuni-

dades nos mercados interno e mundial. Contudo, este reforço de capacidades não pode ser efetuado de forma isolada ou numa perspetiva meramente introvertida. Necessita de referências e cooperação internacionais para desenvolver as capacidades estratégicas, fazer escolhas, ser desafiado por amigos críticos e desenvolver parcerias. Tais redes de cooperação inter-regional permitem a aprendizagem mútua em matéria de boa governação da inovação e vantagens da disseminação de conhecimentos.

Estratégias de inovação voltadas para o exterior

O desenvolvimento de estratégias de especialização inteligente centrou-se frequentemente, numa fase inicial, na governação² para identificar as áreas de investimento promissoras numa região, a fim de tirar proveito das suas vantagens comparativas, mas muitas vezes com pouca atenção às outras regiões e às suas vantagens competitivas. Desde então, muitas regiões perceberam que as comparações e a cooperação internacionais podem ajudar a evitar o risco de duplicação ou investimentos

1) *Conclusões do Conselho, de 10 de junho de 2016, sobre «Uma Política de Coesão mais inteligente, simples e favorável à I&D»; Resolução do Parlamento Europeu, de 13 de setembro de 2016, sobre a política de coesão e as estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente [2015/2278(INI)]; Parecer do Comité das Regiões, de 22 de março de 2017, sobre «Estratégias de especialização inteligente: impacto nas regiões e na cooperação inter-regional».*

2) «Processo de descoberta empresarial» com agentes locais da inovação para estabelecer um consenso sobre os pontos fortes e as prioridades.

subcríticos e ajudar a aperfeiçoar a posição concorrencial das suas prioridades de especialização inteligente. Através da cooperação inter-regional, as regiões podem melhorar, em conjunto, a sua competitividade internacional nas cadeias de valor mundiais.

Especialização inteligente enquanto mecanismo de coordenação

A especialização inteligente em estratégias de inovação voltadas para o exterior que procuram a diferenciação e o alinhamento com outras regiões também pode ser um mecanismo poderoso para melhorar a qualidade dos investimentos na inovação. Estas estratégias exploram as complementaridades entre especializações nas novas cadeias de valor europeias. Por exemplo, na bioeconomia emergente, diferentes regiões especializam-se em diferentes fontes de produção de biomassa, na transformação de bioplásticos ou na aplicação destes em diferentes produtos de consumo.

A competitividade das regiões e dos *clusters* regionais para novo crescimento e emprego em tais mercados e indústrias emergentes reside na capacidade de coordenar os recursos de todas as partes de modo a oferecer soluções integradas, enquanto a especialização inteligente oferece um meio para identificar os parceiros de cooperação em toda a Europa.

Diversidade enquanto vantagem competitiva

A diversidade é a vantagem competitiva da Europa em trabalhar conjuntamente para desenvolver novas soluções para desafios comuns, proporcionar emprego, energia limpa, mobilidade ou cuidados de saúde aos cidadãos e transformar estes desafios em oportunidades de desenvolvimento económico ao oferecer soluções inovadoras.

O desenvolvimento e o ensaio de soluções para estes desafios vão muitas vezes além da capacidade de cada região ou país. A especialização inteligente é a forma de a Europa responder aos desafios societais através da valorização das capacidades únicas de todas as regiões da UE, que podem tornar-se laboratórios vivos para o futuro.

Especialização inteligente temática impulsiona a cooperação inter-regional

Deste modo, a especialização inteligente também requer uma «cooperação inteligente». As plataformas de especialização inteligente temática³ apoiam as parcerias inter-regionais para ajudar os agentes da inovação nas regiões parceiras a combinarem os seus investimentos em novas cadeias de valor europeias⁴. A Comissão Europeia apoia estas parcerias no desenvolvimento de roteiros comuns para o investimento em áreas prioritárias específicas, como a produção eficaz e sustentável, a rastreabilidade e os grandes volumes de dados nas cadeias de valor agroalimentares ou o aquecimento e a refrigeração. Mais de 85 regiões estão já envolvidas e a reforçar as capacidades para o desenvolvimento de *clusters*, projetos-piloto e demonstradores e para potencializar os investimentos empresariais que beneficiam as regiões e a Europa no seu todo. ■



Jyrki Katainen, Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pela equipa de projeto «Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade», Conferência «Smart Regions», Helsínquia

SAIBA MAIS

Conferência «Smart Regions»: No início de junho, a cidade de Helsínquia recebeu a segunda edição da conferência sobre especialização inteligente nas regiões europeias, avaliando o que foi alcançado e abrindo caminho para o desenvolvimento futuro.

<http://europa.eu/!mf36Hu>

3) Ver plataforma S3: <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/s3-thematic-platforms>.

4) As plataformas de especialização inteligente temática para a energia, a modernização industrial e o setor agroalimentar têm trabalhado desde junho de 2016 no sentido de reunir as regiões e os respetivos agentes da inovação em parcerias, com vista a alinhar os seus investimentos em áreas prioritárias. No final de maio de 2017, tinham sido lançadas formalmente 18 parcerias desse género, envolvendo cerca de 85 regiões.

RIS3 — razão de ser, primeiros resultados e o seu futuro

A abordagem de especialização inteligente visa incentivar as regiões a identificarem alguns domínios estratégicos para o desenvolvimento de atividades de I&D e inovação. Ao fazê-lo, as regiões podem abordar um problema duplo — o da diferenciação e especialização das suas capacidades de inovação — que é, em geral, fracamente tratado pelas políticas de inovação convencionais.

A RIS3 oferece instrumentos e processos para lidar com as heterogeneidades regionais e ajudar as regiões a reconhecerem e tirarem partido das suas diferenças, traduzindo-as em futuras vantagens competitivas.

Esta é a razão de ser da especialização inteligente: a concentração de atenções e recursos num determinado número de domínios estratégicos para ativar processos virtuosos de particularização e especialização em matéria de inovação.

“A razão de ser da especialização inteligente: a concentração de atenções e recursos num determinado número de domínios estratégicos para ativar processos virtuosos de particularização e especialização em matéria de inovação.”

A conceção de estratégias de especialização inteligente não significa que «todas as outras» devem ser negligenciadas. Naturalmente, as políticas mais genéricas e horizontais continuam a ser essenciais e a especialização inteligente torna-se uma opção adicional que as regiões são aconselhadas a acionar se forem capazes de criar um processo inteligente para

a identificação dos domínios estratégicos e para desenvolvê-los.

Embora seja demasiado cedo para avaliar o impacto da RIS3 na inovação, na produtividade e no crescimento, já é possível observar e até mesmo mensurar alguns resultados.

Um resultado fundamental assenta no facto de o mero processo de conceção de uma estratégia ter gerado efeitos benéficos que resultam do empenho das regiões no processo de descoberta empresarial. Por exemplo, hoje em dia, as regiões em si sabem mais do que antes, porque foram necessárias autoavaliações e a descoberta de potenciais e capacidades.

É útil e produtivo para as regiões envidar mais esforços na descoberta e escolha, em detalhe e para o futuro, das áreas prioritárias para I&D e inovação. o conhecimento e a experiência adquiridos com a descoberta e escolha dos rumos certos para I&D e inovação podem ser valiosos na realização das etapas subsequentes de conceção, produção e distribuição de produtos/processos/mercados.

Uma nova mentalidade política está a ser lentamente instilada nos decisores políticos, abrangendo a descentralização, interações público-privadas, autodescoberta e definição de prioridades.



Dominique Foray Professor Catedrático em Economia e Gestão da Inovação, École Polytechnique Fédérale de Lausanne (CH)

Outro resultado importante é que esta abordagem fornece uma nova fundamentação para a partilha de conhecimentos e a cooperação entre as regiões, pois a especialização inteligente ajuda a mostrar que qualquer região partilha algumas prioridades com muitas outras regiões — e isto cria uma fundamentação para a criação de redes e parcerias.

Não há dúvidas de que o impacto desta abordagem foi enorme na Europa e não só. Dado esse impacto e a mobilização significativa dos setores público e privado a nível regional, seria simplesmente absurdo descontinuar a abordagem RIS3. o processo de aprendizagem política foi significativo e as regiões sabem agora muito mais sobre como proceder para conceber e implementar uma S3 do que sabiam há cinco anos, quando o conceito foi introduzido. Aprenderam muito e continuam a fazê-lo. Por conseguinte, podemos estar seguros de que as agências e as partes interessadas regionais serão muito mais eficientes e eficazes na realização de uma RIS3 se lhes for pedido para o fazerem novamente durante o próximo período. ■

Criar uma política de investimento para uma Europa mais coesa

A política de coesão da UE apoia centenas de milhares de projetos em todas as regiões europeias. é a maior fonte de investimento da UE, incentivando projetos importantes da economia real e contribuindo para as mudanças estruturais nos Estados-Membros da UE.



Emma Marcegaglia
Presidente da BusinessEurope

“A política de coesão deve modernizar e simplificar a forma como opera, definindo um quadro a médio e longo prazos, mas com flexibilidade suficiente para readaptação a novos eventos, apoiando projetos com um claro valor acrescentado para a UE e disponibilizando os incentivos certos ao desempenho.”

A política de coesão está inscrita nos Tratados e reflete a solidariedade da UE. Mas, mais do que isso, a política é muito importante para apoiar uma Europa mais coesa em todas as suas formas: económica, social e territorial.

Contudo, é agora altura de ultrapassar uma mentalidade de redistribuição e despesas rápidas para pensar acerca desta política numa lógica de investimento, competitividade e melhoria estrutural. Tal será necessário para impulsionar os sucessos da política de coesão e, ao mesmo tempo, alcançar uma maior convergência entre os Estados-Membros, que é uma condição necessária para o bom funcionamento da UE e da área do euro em particular.

A política de coesão deve ser parte integrante de uma estratégia europeia de investimento, com uma forte abordagem territorial, visando capacitar cada região com os instrumentos necessários para reforçar a sua competitividade. Deve levar a uma transformação económica e estrutural, assegurando uma base resiliente em cada região, com base nos seus próprios pontos fortes.

É importante reconhecer que as realizações da política de coesão vão bem além do

envelope financeiro disponibilizado através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), baseando-se firmemente nos efeitos colaterais positivos que proporcionam. Estes são visíveis em termos de reforço das capacidades, de definição de prioridades a longo prazo, de estratégias regionais de especialização, parcerias, etc.

Mas estes benefícios devem ser amplificados. Para o efeito, a política de coesão deve modernizar e simplificar a forma como opera, definindo um quadro a médio e longo prazos, mas com flexibilidade suficiente para readaptação a novos eventos, apoiando projetos com um claro valor acrescentado para a UE e disponibilizando os incentivos certos ao desempenho.

Em especial, devemos continuar a avançar rumo a uma política «centrada nos resultados» e menos no cumprimento meramente formal. Devemos tornar os Fundos Estruturais mais acessíveis e compreensíveis com um sistema de controlo simplificado, integrado e proporcional. Devemos continuar a reforçar as capacidades administrativas e técnicas a nível regional e uma verdadeira parceria em todas as etapas dos programas e a todos os níveis da administração.

Por último, a política de coesão deve compreender melhor que a UE e os seus membros operam e competem numa escala mundial. Por exemplo, os FEEI devem permanecer abertos às empresas de todas as dimensões. Não nos devemos esquecer que as empresas de média capitalização e as grandes empresas produzem fortes efeitos colaterais positivos na economia local, inclusive para o crescimento das PME. Por conseguinte, a UE deve evitar a criação de um fenómeno de fuga de investimentos na Europa, utilizando, em vez disso, os seus instrumentos para assegurar que representa um destino atrativo para os investimentos, continuando a construir uma Europa forte e coesa. ■

BUSINESSEUROPE



A BusinessEurope é a principal defensora do crescimento e da competitividade a nível europeu, defendendo as empresas em todo o continente e promovendo campanhas relativamente às questões que mais influenciam o seu desempenho:

<https://www.busesseurope.eu/>

A política de coesão e o paradoxo do setor público

A política de coesão de amanhã terá muito em comum com a de hoje. Porquê? Porque os objetivos do atual período de programação — assegurar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo — serão ainda mais importantes no futuro.

Além disso, muitos dos principais temas do programa de 2014-2020, como a ênfase nos resultados, a melhoria da qualidade das instituições e a simplificação da regulamentação, também assumirão uma maior importância no futuro.

A obtenção de resultados tangíveis é mais importante quando a UE está sob pressão para provar o seu valor aos cidadãos europeus. o novo enfoque nos resultados (realizações e impacto da política regional) já tarda há muito, dado que, no passado, insistia-se demasiado na capacidade das regiões para absorverem os fundos enquanto meio para um fim em vez do fim em si mesmo. o enfoque nos resultados salienta a importância do segundo tema — o calibre institucional.

O calibre das instituições, especialmente das instituições públicas, é talvez o ingrediente mais importante na receita de inovação e desenvolvimento. Contudo, a política de coesão de amanhã terá de resolver o paradoxo do setor público.

Este paradoxo deve-se a duas tendências radicalmente diferentes. Por um lado, o setor público tem estado sob a pressão da austeridade há quase uma década, reduzindo a sua capacidade de ação. Por outro, o setor público influencia largamente os setores que apresentam desafios sociais — como a energia, a saúde, a educação, os transportes, a segurança alimentar e os cuidados

dignos aos idosos — que muito contribuem para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

“O calibre das instituições, especialmente das instituições públicas, é talvez o ingrediente mais importante na receita de inovação e desenvolvimento.”

Para produzir resultados mais tangíveis no futuro, a política de coesão tem de trabalhar com um setor público inteligente e não encolhido. Para o efeito, as administrações públicas e as suas agências devem descartar o estilo de liderança de «comando e controlo» que apresentaram no passado e adotar o estilo das agências de maior sucesso — agências como a SPRI no País Basco, a Aster em Emília-Romanha e a JIC em Morávia do Sul. Estas agências são especialistas na promoção de ecossistemas regionais de inovação nos quais os intervenientes dos setores público, privado e terciário aprendem a colaborar para fins mutuamente benéficos.

Por último, a simplificação da regulamentação deve manter-se uma prioridade absoluta. Atualmente, o setor público recebe sinais contraditórios: a retórica da política de coesão convida-o a ser mais ágil, criativo e experimental, enquanto a cultura de auditoria não tolera falhas e entrava a criatividade em nome da conformidade.



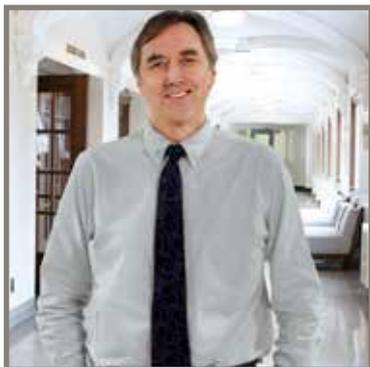
Kevin Morgan
Professor de Governação
e Desenvolvimento e
Diretor de Participação na
Universidade de Cardiff (UK)

Uma política de coesão que aborde estas Preocupações pode, legitimamente, afirmar que leva a sério a garantia de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. ■



Política de coesão: realizações e aspirações, uma perspetiva canadiana

A União Europeia e a sua emblemática política de coesão há muito que suscitam o interesse das comunidades políticas no Canadá. Este comentário oferece uma perspetiva canadiana sobre as concretizações notáveis e futuras aspirações da política.



Neil Bradford, Doutor e Professor Catedrático no Departamento de Ciência Política, Huron University College, Universidade Ocidental (CA)

Enquanto federação altamente descentralizada com uma vasta geografia e pronunciadas identidades regionais, o Canadá confronta-se com muitos dos mesmos desafios de «unidade através da diversidade» enfrentados pela UE. Desde a década de 1960, os governos do Canadá têm implementado estratégias territoriais para a convergência económica regional e a coesão social nacional, e procuraram ideias inovadoras e melhores práticas na UE.

Realizações

Desenvolvimento económico integrado: a política de coesão da UE tem sido líder em duas dimensões regionais. Em primeiro lugar, transitou de grandes investimentos em infraestruturas nas regiões menos desenvolvidas para um crescimento endógeno através da produtividade e do empreendedorismo em todas as regiões e, mais recentemente, para a «especialização inteligente» através de sistemas de inovação regionais.

Em segundo lugar, a política integra objetivos sociais e ambientais, centrando-se simultaneamente na sustentabilidade das economias regionais e nos investimentos sociais para estimular o crescimento. o desenvolvimento integrado da UE reúne prioridades económicas, sociais e ecológicas em vez de soluções de compromisso.

“A União Europeia e a sua emblemática política de coesão há muito que suscitam o interesse das comunidades políticas no Canadá.”

Governança a vários níveis: a política de coesão baseia-se nos princípios da subsidiariedade e da parceria. a coordenação política a vários níveis decorre da consulta e comunicação, e através de contratos de governação para «condicionalidade flexível» que clarificam as expectativas de financiamento da UE, permitindo ao mesmo tempo a adaptação dos programas regionais. a governação a vários níveis da UE combina uma «política baseada na localização» com supervisão e apoio hierárquicos.

Aprendizagem e adaptação: a política de coesão aplica dados de forma criativa para informar e melhorar a programação regional. Um quadro robusto de três camadas para a diferenciação do potencial e dos bens regionais orienta os investimentos da UE. a avaliação dos programas assenta cada vez mais em metas, indicadores, referências e monitorização. a mistura de medidas quantitativas e qualitativas na UE clarifica a eficácia do investimento público e aperfeiçoa a implementação regional.

Aspirações

Evolução demográfica: a política de coesão da UE enfrenta desafios complexos de migração, à medida que os refugiados procuram novas pátrias e os trabalhadores qualificados se deslocam entre Estados-Membros. Ao mesmo tempo, verifica-se um envelhecimento da população europeia em geral. a política necessita de uma programação inovadora de estabelecimento para uma diversidade profunda e reformas criativas da segurança social ao longo da vida.

Transformação digital: a política de coesão enfrenta desafios regionais e sociais complexos, à medida que as tecnologias transformam o trabalho, a produção e o consumo em economias de plataforma. Uma clivagem digital ameaça a coesão territorial e social quando o investimento se concentra nos centros urbanos. a política requer «inovação inclusiva» para disseminar oportunidades digitais através de aprimoramentos dos serviços eletrónicos, atualização das competências e inovações sociais.

Inovação administrativa: a política de coesão enfrenta desafios complexos de governação, à medida que os governos nacionais e os órgãos de poder regional se deparam com um acesso burocrático aos programas e com uma supervisão controladora. a administração da política deve ser simplificada e a execução dos programas deve basear-se na «gestão partilhada». Os protocolos de avaliação devem incentivar a conformidade com os objetivos da política de coesão e utilizar a revisão pelos pares para reforçar a capacidade administrativa de conceção de políticas da UE e de execução dos programas regionais. ■

O futuro das finanças da UE

O Grupo de Alto Nível sobre os Recursos Próprios (HLGOR) foi criado em fevereiro de 2014 para refletir sobre a procura de formas mais transparentes, simples, equitativas e democraticamente responsáveis de financiar a UE. o grupo foi presidido pelo antigo Primeiro-Ministro italiano e Comissário da UE Mario Monti e inclui membros designados pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão Europeia. o relatório final e as recomendações foram apresentados no Parlamento Europeu e no Conselho em janeiro de 2017.



Na sua opinião, quais são os principais desafios para as finanças da UE após 2020?

Os principais desafios para as finanças da UE já surgiram e são semelhantes aos desafios que a UE em si enfrenta: como podemos reconquistar a confiança dos nossos cidadãos? Como podemos fornecer mais legitimidade às despesas europeias? a UE foi atingida por várias crises nos últimos anos, a maior parte das quais evidencia novas prioridades: reforçar a competitividade da economia europeia e, em especial, abordar o desemprego juvenil; proteger as nossas fronteiras externas e melhorar a nossa cooperação em matéria de segurança e defesa internas; cumprir os nossos compromissos de luta contra as alterações climáticas e a degradação ambiental; e, por

último, assegurar uma transição suave da UE-28 para a UE-27 quando o Reino Unido sair da UE.

São estas as questões relativamente às quais se espera e existe pressão para que a UE aja nos dias de hoje. Contudo, muitas vezes elas não fazem parte da sua atividade central tradicional, em especial no que diz respeito à segurança interna e externa que continuam a pertencer ao reino da soberania nacional. Embora os orçamentos anuais recentes tenham utilizado os instrumentos de flexibilidade, a sua aplicação está ainda por ver.

“As políticas da UE, nomeadamente a de coesão, beneficiam todos os países, mesmo os «contribuintes líquidos».”

Que alterações importantes propõe em comparação com o atual sistema?

A reforma do sistema de receitas faz parte desta mudança geral, pois o atual sistema de financiamento — baseado numa percentagem esmagadora de contribuições nacionais dos Estados-Membros — favo-

“Os futuros Fundos Estruturais e de Investimento desempenharão um papel crucial nos nossos esforços de reforma, uma vez que foram frequentemente apanhados no fogo cruzado das críticas por financiarem demasiados projetos com questionável valor acrescentado europeu.”



Síntese e Recomendações disponíveis em 23 línguas: http://ec.europa.eu/budget/mff/hlgor/index_en.cfm

rece o *status quo* e é prejudicial à concentração em novas necessidades. Assim sendo, no relatório do Grupo de Alto Nível sobre os Recursos Próprios, fazemos nove recomendações conducentes à mudança.

Entre estas, creio que aquelas que têm maior probabilidade de exercer um forte impacto são o enfoque nas despesas com o mais elevado valor acrescentado europeu, a abolição dos abatimentos a favor de determinados países, e a introdução de um ou vários novos recursos próprios associados às políticas emblemáticas da UE. Por exemplo, podem ser concebidos recursos próprios baseados num IVA reformulado em comum ou num imposto comum sobre as sociedades de modo a contribuir para um melhor funcionamento do mercado único, simplificar a vida das nossas empresas e apoiar a luta contra a evasão ou a fraude fiscal; os recursos próprios ambientais podem contribuir para os esforços de descarbonização e crescimento verde. A meu ver, esta última recomendação representa como as receitas da UE podem trazer maior valor acrescentado: a UE não pode cobrar impostos, mas as suas receitas podem contribuir para concretizar as políticas e os objetivos da UE.

Quais são os principais obstáculos à concretização dessas alterações?

O obstáculo mais óbvio reside no procedimento de tomada de decisões aplicável ao sistema de financiamento, que incorpora

uma assimetria de poder entre o Parlamento Europeu e o Conselho. o Parlamento Europeu só é consultado sobre os recursos próprios, enquanto o seu consentimento é necessário para o quadro financeiro plurianual e decide sobre o orçamento anual. Além disso, as decisões no Conselho devem ser tomadas por unanimidade e após ratificação em todos os parlamentos nacionais. Este é procedimento mais pesado que existe.

Existem outros obstáculos associados ao facto de, na maior parte dos casos, os líderes que estão presentes numa negociação raramente estarem presentes numa segunda negociação, o que dispersa a memória e a experiência ou leva a equívocos quanto ao modo de funcionamento das finanças da UE. Um argumento falacioso comum utilizado para rejeitar os verdadeiros recursos próprios é, por exemplo, considerar que apenas as contribuições nacionais permitem o controlo das finanças da UE por parte dos Estados-Membros e que mais recursos próprios autónomos levariam a aumentos orçamentais descontrolados. Não é este o caso. Os verdadeiros recursos próprios mudariam a composição das receitas (e baixariam as contribuições nacionais). o volume do orçamento é decidido pelo quadro financeiro plurianual. E, como o orçamento da UE deve ser equilibrado e não pode recorrer a dívidas, as receitas são automaticamente calculadas assim que são conhecidas as despesas — e não ao contrário.

Que lugar vê para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento?

Os futuros Fundos Estruturais e de Investimento desempenharão um papel crucial nos nossos esforços de reforma, uma vez que foram frequentemente apanhados no fogo cruzado das críticas por financiarem demasiados projetos com questionável valor acrescentado europeu. Isto é particularmente verdade nas regiões mais desenvolvidas dos Estados-Membros mais ricos. Além disso, o seu financiamento através de envelopes nacionais torna-os uma característica importante do enfoque nos saldos líquidos.

A futura reforma terá a difícil tarefa de reclamar a legitimidade da ação da UE em várias regiões, centrando-se nos bens públicos à escala da UE em vez de nos bens locais. Terá também de mostrar os benefícios que trazem para além dos beneficiários imediatos. Os benefícios transfronteiriços, os efeitos colaterais ou os efeitos de alavancagem são atualmente ignorados ou ocultados nas negociações orçamentais, mas fornecem uma medida do valor acrescentado europeu. Isto tem de mudar para tornar o orçamento mais transparente, responsável e equitativo. As políticas da UE, nomeadamente a de coesão, beneficiam todos os países, mesmo os «contribuintes líquidos». ■

PONTO DE DADOS: 3 – PLATAFORMA DE DADOS ABERTOS

EXISTE ALGUM TEMA QUE GOSTARIA DE VER DISCUTIDO EM FUTURAS EDIÇÕES DO PONTO DE DADOS DA PANORAMA?

EXISTE ALGUM CONJUNTO DE DADOS QUE GOSTARIA QUE INCLUÍSSEMOS NA PLATAFORMA DE DADOS ABERTOS DOS FEEI?

SE SIM, ESCREVA PARA: REGIO-EVAL@EC.EUROPA.EU

Comunicação do desempenho dos FEEI: a importância crescente de indicadores comuns

A necessidade de monitorizar e comunicar o desempenho deve ser uma responsabilidade partilhada e uma parte essencial de todos os debates relevantes sobre a política da UE.

Os programas de 2014-2020 registaram melhorias na utilização dos indicadores de medição das realizações e dos resultados dos diferentes FEEI — os indicadores comuns são um instrumento poderoso para comunicar as realizações políticas agregadas em todos os Estados-Membros. Estes desenvolvimentos acompanharam outras melhorias relacionadas com o desempenho, como a definição mais robusta de objetivos, a definição mais clara de metas e o novo quadro de desempenho associado à reserva de eficiência. Um dos efeitos do maior enfoque no desempenho é que os indicadores devem deixar de ser uma preocupação de alguns técnicos.

O atual sistema de indicadores foi desenvolvido ao longo dos anos com base na experiência e na aprendizagem específica de

cada fundo. Assim, os indicadores comuns são compartilhados pelos programas ao abrigo de cada fundo específico, sendo adaptados aos objetivos de cada fundo, aos setores-alvo e à lógica de intervenção aplicada.

A escolha dos conceitos de «indicador» e da definição de indicadores comuns foi influenciada por duas preocupações principais:

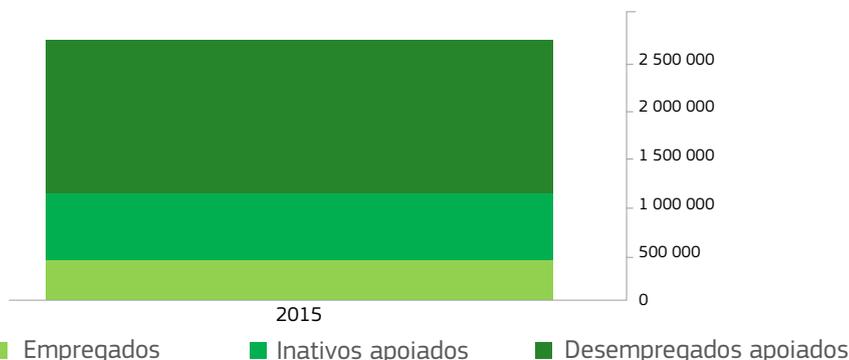
- ▶ Os indicadores são uma medida significativa das intervenções e dos objetivos do fundo específico?
- ▶ Os indicadores estão prontamente disponíveis sem criar custos e encargos excessivos para os gestores e beneficiários?

Para o período 2014-2020, as respostas a estas perguntas foram desenvolvidas em parceria com as partes interessadas e peritos dos Estados-Membros durante vários anos de reflexão.

O produto mais visível do atual sistema de indicadores na plataforma de dados abertos dos FEEI é a apresentação de mosaicos

DOIS EXEMPLOS DO FSE E DO FEDER NO FINAL DE 2015

FSE: situação laboral dos participantes
Implementado: 2 707 055 participantes
Dos quais
Desempregados apoiados: 1 574 509 participantes
Empregados: 435 940 participantes
Inativos apoiados: 696 606 participantes



Visão geral dos valores implementados nos programas (2015)



de «realizações» para indicadores comuns por fundo e por tema. Outras melhorias incluem uma lista expandida dos indicadores comuns e melhores metodologias para a recolha e a comunicação de indicadores do FEDER e do FSE.

Talvez as questões certas sejam: «Os indicadores comuns captam as principais realizações nas diferentes áreas temáticas?» e «Existem áreas nas quais não captamos as principais realizações?».

Existem demasiados indicadores?

Esta questão foi colocada ao mais alto nível das instituições da UE, sobretudo porque seria mais simples comunicar ao nível da UE com alguns indicadores fáceis de agregar. O Tribunal de Contas Europeu questionou também recentemente a relevância e a utilização de tantos indicadores específicos de programas e a dificuldade da sua agregação ao nível da UE.

Por outro lado, as diferentes partes interessadas têm diferentes necessidades e propõem uma ampla gama de indicadores, muitos dos quais são relevantes para elas e já se encontram disponíveis na sua região ou Estado-Membro.

Outra explicação para o número aparentemente grande de indicadores comuns da UE é o âmbito temático muito vasto das ações e dos setores financiados pelos FEEI. Por exemplo, existem 46 indicadores comuns para o FEDER.

MUITOS INDICADORES COMUNS POR FUNDO TRADUZEM-SE EM MENOS INDICADORES POR TEMA: O CASO DO FEDER

IDTI: 6 indicadores	TIC: 1 indicador	Empresas: 9 indicadores
Energia e clima: 5 indicadores	Ambiente: 7 indicadores	Transportes: 6 indicadores
Infraestruturas sociais: 2 indicadores	URBAN: 4 indicadores	Interreg: 6 indicadores

Caminho a seguir

No debate sobre o quadro financeiro plurianual da UE pós-2020 e sobre o futuro da gestão partilhada através dos FEEI, a questão do desempenho e da medição das realizações é um tema pertinente. As principais questões são:

- ▶ Podemos melhorar a medição do desempenho dos fundos ao mesmo tempo que reduzimos o ónus para as partes interessadas?
- ▶ É possível racionalizar os diferentes conceitos de «indicador» nos diversos fundos? As diferentes partes interessadas necessitam de indicadores diferentes?
- ▶ Existiriam benefícios na definição de indicadores comuns da UE em todos os fundos para medir e comunicar as realizações?
- ▶ Devemos centrar-nos na redução do número de indicadores nacionais específicos? Ou a qualidade dos indicadores e a sua relevância política são mais importantes?

Pode parecer um debate técnico, mas é um debate fundamental para o futuro da política. Esteja atento a este espaço ou, melhor ainda, participe nele!

SAIBA MAIS

Plataforma de dados abertos dos FEEI: <https://cohesiondata.ec.europa.eu/> Seleccione as secções «achievement» (realizações) nas páginas «Theme» (tema), «Country» (país) ou «Fund» (fundo):

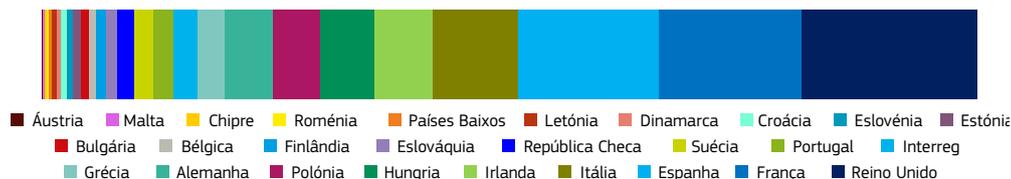
Perguntas frequentes sobre «Realizações» na plataforma de dados abertos:

http://ec.europa.eu/regional_policy/en/faq/about_open_data/

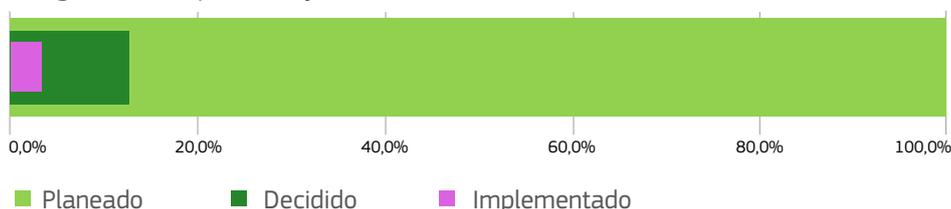
Relatório Especial n.º 02/2017 do TCE: Negociação, pela Comissão, dos acordos de parceria e programas do domínio da coesão para 2014-2020:

<http://www.eca.europa.eu/pt/Pages/DocItem.aspx?did=41008>

FEDER: empresas a receber apoio
Planeado: 1 098 048 empresas
Decidido: 137 463 empresas
Implementado: 36 379 empresas
Visão geral das metas dos programas



Progresso da implementação



Por que motivo uma política de coesão reforçada deve ser a prioridade máxima da UE

A Europa nunca precisou mais da política de coesão do que nos tempos conturbados e incertos de hoje. a unidade europeia está sob ameaça, questionando o futuro da UE no seu todo.

No seu documento de reflexão mais recente «Controlar a globalização», a Comissão Europeia reconheceu justamente que precisamos de «nos concentrar nas necessidades de investimento a nível regional e local [...] com vista a assegurar que todas as regiões estejam em condições de beneficiar do mercado interno e fiquem mais bem preparadas para os desafios da globalização».

É por este motivo que a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) acredita que uma política de coesão reforçada e revigorada, abrangendo todas as regiões, deve ter prioridade máxima na agenda da Comissão para os próximos anos. Para que tal se concretize, seguem-se algumas das nossas principais mensagens para o futuro.

Em primeiro lugar, acreditamos que a dimensão territorial da futura política de coesão deve ser ainda mais alargada. o projeto europeu necessita que a política de coesão atinja os objetivos da UE em todos os Estados-Membros e regiões. é vital que os objetivos da UE sejam alcançados em toda a Europa, inclusive em territórios específicos como as regiões insulares, as regiões ultraperiféricas e as regiões setentrionais pouco povoadas.

A CRPM começa com a premissa da coesão territorial, económica e social enquanto objetivos da Comunidade ao serviço da solidariedade da UE. Tais princípios permitem aos habitantes dos diferentes territórios da UE beneficiar, de forma equitativa, das liberdades básicas

previstas no Tratado e implementadas através das políticas da Comunidade.

“Em vez de se opor às subvenções e aos instrumentos financeiros, a Comissão deve definir em que áreas os instrumentos financeiros acrescentam mais valor no âmbito de uma futura política de coesão que deve continuar a basear-se sobretudo nas subvenções.”



Eleni Marianou
Secretária-Geral da CRPM

Em segundo lugar, relativamente aos instrumentos financeiros, a nossa visão para o período pós-2020 é construtiva: em vez de se opor às subvenções e aos instrumentos financeiros, a Comissão deve definir em que áreas os instrumentos financeiros acrescentam mais valor no âmbito de uma futura política de coesão que deve continuar a basear-se sobretudo nas subvenções.

Da mesma forma, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos pode acrescentar valor à política geral de investimentos da Europa, mas permanece altamente desequilibrado aos níveis geográfico e setorial. a fim de preservar o papel central da política de coesão no apoio ao desenvolvimento regional, a Comissão deve estabelecer limites claros entre estes dois instrumentos e fornecer orientações sobre a melhor forma de os combinar.

Por último, acreditamos que a Europa necessita de uma estratégia de acompanhamento ambiciosa em relação à estratégia Europa 2020. De facto, a política de coesão só cumprirá os seus objetivos se for baseada numa estratégia europeia abrangente, ambiciosa e a longo prazo para o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis em toda a UE.

As expectativas da CRPM permanecem elevadas para o período pós-2020, mas o futuro da Europa está em jogo! ■



A Conferência das Regiões Periféricas Marítimas reúne cerca de 160 regiões de 25 Estados da UE e não só. Representando cerca de 200 milhões de pessoas, a CRPM defende um desenvolvimento mais equilibrado do território europeu. Funciona como um grupo de reflexão e um grupo de pressão para as regiões, centrando-se sobretudo na coesão social, económica e territorial, nas políticas marítimas e na acessibilidade

www.cpmr.org

Política de coesão: como pode a UE apoiar a solidariedade e o investimento ao mesmo tempo?



Robin Huguenot-Noël analista de políticas do CPE em matéria de governação económica e orçamento da UE, e Alison Hunter assessora principal do CPE em matéria de política regional, inovação regional e crescimento industrial

A ascensão do populismo e do euroceticismo, particularmente entre os grupos desfavorecidos, aumentou a pressão na UE para reforçar os seus instrumentos de investimento e solidariedade, em especial a política de coesão.

No entanto, este reforço necessita de ser visto no contexto de incerteza relativamente à futura direção da UE em matéria de segurança interna e externa, evolução a nível mundial, migração e persistentes desequilíbrios da União Económica e Monetária (UEM).

Previendo-se que o Brexit leve a substanciais cortes no orçamento da UE, a política de coesão (PC) deverá ter um orçamento menor no próximo quadro financeiro plurianual, com novas prioridades adicionais. Isto representa novos desafios para a PC, numa altura em que a sua eficácia na promoção da coesão da UE está, uma vez mais, sob escrutínio. Mas este contexto também abre uma janela de oportunidade para se chegar a um novo acordo, susten-

tado por um quadro de funcionamento mais conectado, que aproxime as «comunidades» da PC em vez de encorajar a competição por fundos e concessões.

É necessária uma avaliação completa de como a PC pode defender a solidariedade da UE, assegurando ao mesmo tempo que o financiamento é disponibilizado de uma forma sustentável. a política alcançou muito nas últimas décadas, contribuindo para a agenda de «crescimento inteligente, sustentável e inclusivo» da UE. Contudo, isto é muitas vezes anulado pela burocracia excessiva, pelas críticas relacionadas com o «financiamento circular», pela falta de ajuste entre as despesas e as necessidades, e pelos desafios da absorção dos fundos.

O projeto da UE requer um novo ímpeto, assente numa reforma audaz da PC. Para aumentar a sua credibilidade e finalidade, os objetivos económicos, sociais e territoriais da política devem ser reposicionados no centro do projeto da UE. a relevância e o valor da PC devem ser integrados e comunicados de melhor forma em todo o quadro de financiamento e político da UE. Enquanto defensora da solidariedade da UE, a PC só pode aproveitar e alargar a sua presença a nível local quando lhe forem concedidos o estatuto e o alcance necessários para o efeito.

A clareza de objetivos é fundamental. a credibilidade da política enquanto motor de investimento tem de ser significativamente melhorada, o que implica simplificar as regras e os sistemas de execução e alinhar a PC com a governação económica para aumentar o nível dos esforços e alavancar o investimento. Mas a nova PC também deve integrar uma abordagem diferenciada, tendo em

“Para aumentar a sua credibilidade e finalidade, os objetivos económicos, sociais e territoriais da política de coesão devem ser reposicionados no centro do projeto da UE.”

devida conta as diferentes capacidades de execução em toda a UE (por exemplo, em matéria de absorção dos fundos e níveis de desenvolvimento).

Algumas destas propostas podem encontrar resistência. Contudo, no atual ambiente, é do interesse de todos os parceiros da PC considerar seriamente possíveis reformas para adequar a futura política à sua finalidade pós-2020. O pior de todos os resultados seria um corte no financiamento sem aproveitar as oportunidades de reforma e de definição de prioridades. ■



O Centro de Política Europeia (CPE) é um grupo de reflexão independente e sem fins lucrativos dedicado à promoção da integração europeia através de análises e debates, apoio e desafio dos decisores políticos europeus para que tomem decisões informadas baseadas em evidências e análises, e disponibilização de uma plataforma para o envolvimento dos parceiros, das partes interessadas e dos cidadãos na elaboração de políticas da UE e no futuro da Europa:

<http://www.epc.eu/about.php>

O melhor financiamento das cidades ajudará a produzir resultados mais fortes em prol dos cidadãos

A política de coesão é há muito uma das mais fortes expressões da solidariedade entre os Estados-Membros e as regiões da UE, e produziu melhorias assinaláveis nos serviços públicos e nas infraestruturas em toda a Europa.

A política de coesão continua a trazer resultados claros e visíveis para os cidadãos em áreas que vão desde o melhor acesso a escolas, cuidados de saúde e assistência social, e a ar e água mais limpos, até uma mobilidade mais sustentável e melhorada.

Na minha cidade de Gante, os Fundos Estruturais tornaram possível investir simultaneamente em soluções de baixa e alta tecnologia. Investimos 5 milhões de euros provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para criar um novo distrito comercial. Um edifício de ponta reutilizará recursos naturais e estimulará a investigação, a inovação e o empreendedorismo. Ao mesmo tempo, o FEDER também fornece capital de arranque valioso para experimentar novas formas de tomada de decisões e inovação social, trazendo resultados claros e visíveis para os nossos cidadãos e melhorando a sua qualidade de vida.

Contudo, face às fricções causadas pelo Brexit e pelas implicações a mais longo prazo das crises financeiras, a próxima ronda de debates sobre a política de coesão terá lugar num contexto vincadamente diferente. Deixa várias questões em aberto quanto a qual será exatamente a capacidade do próximo orçamento da UE.

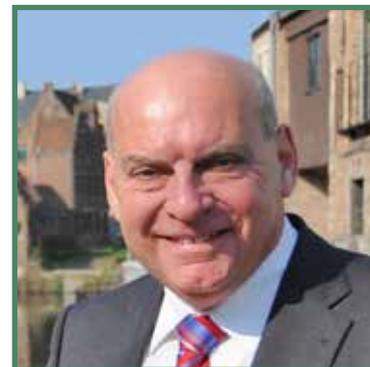
Este desafio dá-nos a oportunidade de repensar como fazemos as coisas na Europa e de melhorar o envolvimento dos

cidadãos na tomada de decisões. a política de coesão pode ser uma pedra basilar rumo a uma UE mais forte e unida onde os cidadãos se sintam conectados com a ideia europeia e vejam como a UE contribui para uma melhor qualidade de vida nas nossas cidades.

As cidades estão em boa posição para trabalhar em parceria com os decisores da UE no sentido de conceber uma política baseada nas necessidades dos cidadãos. Enquanto nível de governo mais próximo dos cidadãos, podemos interligar os investimentos da UE com as necessidades locais, assegurando melhores retornos do financiamento. o recente documento de estratégia da EUROCITIES defende a continuação de uma política de coesão forte pós-2020 com base em três princípios:

- 1) a política de coesão deve continuar a abranger todas as regiões. é uma política para a solidariedade europeia;
- 2) uma aplicação mais forte do princípio de parceria deve ajudar a aumentar o envolvimento das cidades e permitir um maior acesso ao financiamento. a maior parte dos desafios mundiais concentra-se nas cidades e é nas cidades que, na maioria das vezes, as soluções são postas em prática;
- 3) a simplificação das fontes de financiamento existentes, especialmente a melhor integração do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ajudará as cidades a tornarem-se mais eficientes na prestação de serviços cruciais.

Temos muitas razões para estarmos orgulhosos da Europa: paz duradoura, maior riqueza e solidariedade. Não obstante, a UE tem sido abalada até ao âmago pelo Brexit



Daniël Termont
Presidente da Câmara de Gante
e Presidente da EUROCITIES

“A política de coesão pode ser uma pedra basilar rumo a uma UE mais forte e unida onde os cidadãos se sintam conectados com a ideia europeia e vejam como a UE contribui para uma melhor qualidade de vida nas nossas cidades.”

e pela ascensão do euroceticismo. Uma política de coesão forte que apoie eficazmente as cidades e as regiões nos seus esforços para dar resposta aos desafios pode ser uma das ferramentas mais fortes da UE para superar estas crises. ■



A EUROCITIES é a rede das principais cidades europeias. Os seus membros são os governos locais e municipais eleitos das principais cidades europeias. Através de seis fóruns temáticos, de uma vasta gama de grupos de trabalho, projetos, atividades e eventos, oferece aos membros uma plataforma para a partilha de conhecimentos e o intercâmbio de ideias sobre assuntos que afetam o quotidiano dos europeus:

<http://www.eurocities.eu/eurocities/home>

Os fundos de coesão da UE e a luta contra a pobreza

A falta de progressos na consecução do objetivo da estratégia Europa 2020 de redução da pobreza em pelo menos 20 milhões de pessoas não se deve apenas à crise financeira, mas também ao fracasso da prossecução de uma agenda social e económica mais equilibrada.

Este fracasso está a dar origem a uma crise social e democrática. O recém-proposto Pilar Europeu dos Direitos Sociais poderá ser o início de uma verdadeira resposta — mas necessita de um sério empenho no acompanhamento e na implementação a nível nacional.

“A próxima ronda de fundos de coesão da UE deve considerar uma maior afetação dos fundos do FSE para a inclusão social.”

Sem o objetivo de redução da pobreza e os esforços significativos de acompanhamento através da estratégia Europa 2020 e do processo do Semestre, a situação seria ainda pior. Um dos esforços mais significativos para reduzir o número de pessoas que vivem na pobreza foi a circunscrição de 20% do Fundo Social Europeu para a inclusão social. Uma avaliação inicial realizada pela Comissão mostra o cumprimento formal deste compromisso em todos os Estados-Membros. Contudo, se a Comissão quiser ser honesta nesta matéria, é necessária uma monitorização e comunicação adicionais para revelar



Leo Williams
Diretor da Rede Europeia Antipobreza

o que é incluído como inclusão social nas medidas financiadas, e para avaliar até que ponto essas medidas estão a ajudar as pessoas a saírem da pobreza.

A plataforma do FSE, apoiada pela Comissão, e, em especial, a rede temática sobre a inclusão oferecem oportunidades de intercâmbio de ações de inclusão social apoiadas pelo FSE, ao abrigo de três temas:

- 1) inovação na prestação de serviços sociais, com particular ênfase na desinstitucionalização;
- 2) ações para chegar a grupos e comunidades que registam níveis elevados de pobreza e discriminação, com ênfase nos sem-abrigo e nos ciganos; e
- 3) ações de apoio a abordagens de inclusão ativa, com ênfase em percursos integrados e na promoção da participação na sociedade e no mercado de trabalho. Este trabalho deve contribuir para a identificação de indicadores de inclusão social que possam ajudar a monitorizar a circunscrição de fundos para a inclusão social.

A próxima ronda de fundos de coesão da UE deve considerar uma maior afetação dos fundos do FSE para a inclusão social. Será crucial o empenho em investir o tempo e os recursos necessários de modo a assegurar que todas as medidas de inclusão social cumprem realmente os seus indicadores. Além disso, o programa do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carentes, centrado na inclusão social, na ajuda alimentar e na assistência material, demonstra como os fundos da UE podem estimular ações eficazes que cheguem às pessoas e comunidades que vivem em situação de pobreza e exclusão.

Esta prática defende que o futuro quadro financeiro da UE, além de apoiar a ajuda alimentar, deve incluir um programa de inclusão social em grande escala. Tais ações são necessárias para dar significado ao Pilar dos Direitos Sociais. ■

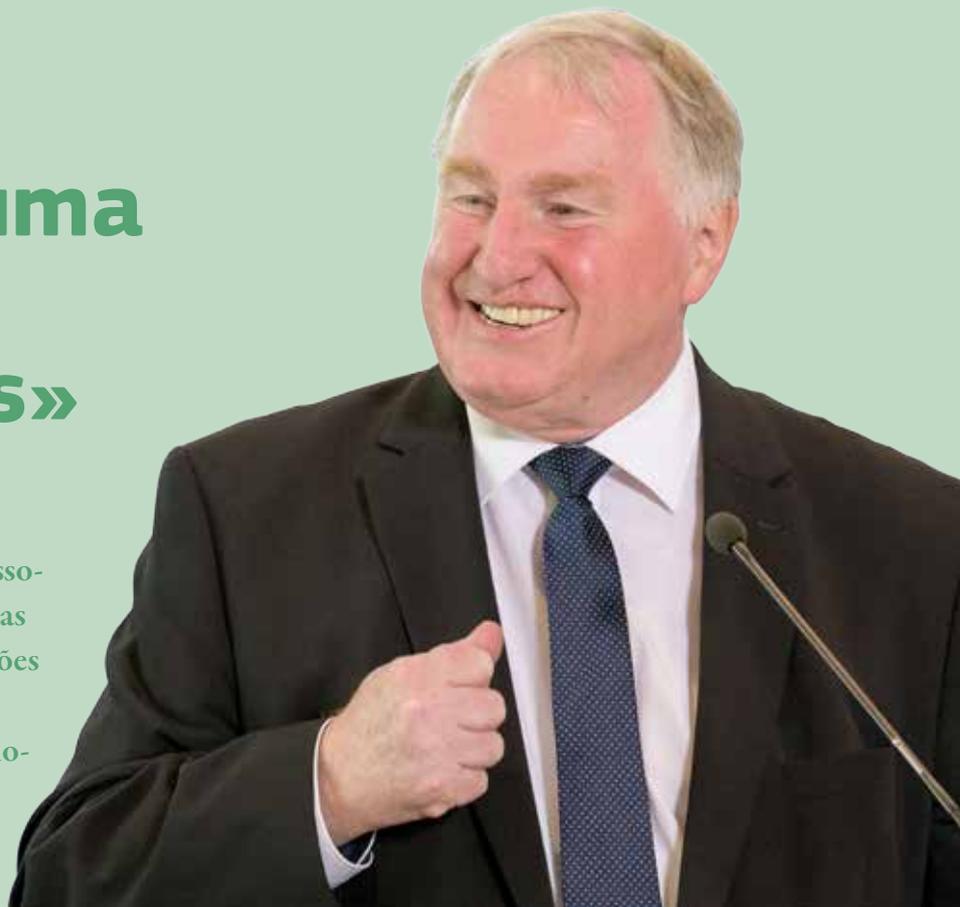


A Rede Europeia Antipobreza é a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais, envolvendo ONG de combate à pobreza e grupos de base, bem como organizações europeias ativas na luta contra a pobreza e a exclusão social:

<http://www.eapn.eu/>

Criação de uma «aliança de interessados»

Karl-Heinz Lambertz, Presidente da Associação das Regiões Fronteiriças Europeias e futuro Presidente do Comité das Regiões Europeu (CR), salienta a importância da cooperação transfronteiriça na promoção do desenvolvimento económico e da coesão.



Qual é o valor acrescentado da política de coesão europeia para as regiões fronteiriças da UE?

A União Europeia está dividida por várias fronteiras internas onde as diferenças de competências, estruturas, leis sociais e leis fiscais causam frequentemente dificuldades. As regiões fronteiriças e transfronteiriças são também sobrecarregadas por obstáculos geográficos, como delimitações ao longo de rios e cordilheiras. As fronteiras são muitas vezes encaradas como barreiras impenetráveis cuja superação requer demasiado esforço e tempo. Não obstante, a cooperação transfronteiriça de sucesso demonstra que os conflitos também podem ser uma fonte de crescimento económico e compreensão mútua. Por conseguinte, alcançar uma integração europeia sustentável e eficaz requer uma colaboração estreita através da cooperação transfronteiriça. Se não existir coesão ao longo das fronteiras europeias, será difícil cumprir o objetivo de coesão territorial para toda a UE previsto no Tratado.

Sem o apoio da política de coesão, as regiões fronteiriças nunca desenvolveriam o seu potencial devido às prioridades locais e regionais divergentes. Demasiadas vezes são perdidas oportunidades para utilizar uma «massa crítica» de investimento que apenas faz sentido se for implementada em projetos transfronteiriços — por exemplo, hospitais, serviços transfronteiriços, instalações de gestão de resíduos, cooperação económica, etc. o desafio consiste em criar uma nova função para as fronteiras, convertendo-as em salas de reunião. Isto demonstra o verdadeiro valor acrescentado que a política de coesão pode desempenhar nas regiões fronteiriças da Europa.

Pode resumir quais foram as principais realizações e o que ainda falta fazer?

A política de coesão ajuda as regiões fronteiriças a desenvolverem o seu potencial através da superação das diferenças de prioridades em ambos os lados das fronteiras. a cooperação transfronteiriça afeta positivamente as regiões fronteiriças euro-

peias, especialmente no que diz respeito ao crescimento económico e ao emprego, ocorrendo sempre em adição às medidas nacionais e contribuindo significativamente para a implementação das atuais e futuras estratégias europeias.

Isto vai bem além do intercâmbio de experiências e coordenação, levando a uma cooperação prática com resultados comprovados de sucesso em termos de desenvolvimento de infraestruturas, cooperação económica, inovação e investigação, mercado de trabalho, turismo, cultura e muito mais.

A política de coesão não é apenas um instrumento para o desenvolvimento económico e a redução das disparidades regionais, demonstrando também o valor acrescentado da UE em toda a União e em todas as regiões e cidades. Além disso, é um exemplo único da solidariedade e unidade europeias, levando a uma União Europeia mais forte e resiliente — o nosso objetivo comum previsto na Declaração de Roma.

“ *As fronteiras são muitas vezes encaradas como barreiras impenetráveis cuja superação requer demasiado esforço e tempo. Não obstante, a cooperação transfronteiriça de sucesso demonstra que os conflitos também podem ser uma fonte de crescimento económico e compreensão mútua.* ”



Quais são as principais prioridades para as regiões fronteiriças no que diz respeito ao futuro das finanças da UE?

As regiões fronteiriças — como acontece com todas as regiões na UE — estão interessadas em ter um orçamento da UE que faça uma verdadeira diferença para todos os cidadãos. Em vez do aumento do número de programas financiados pela UE centralizados a nível europeu, as regiões fronteiriças são mais a favor da conceção dos fundos da UE de modo a apoiarem estratégias transfronteiriças de desenvolvimento e a basearem-se nas necessidades regionais. Isto é o que chamamos de abordagem «baseada na localização», que é o elemento essencial da política de coesão.

É, portanto, importante que o apoio financeiro previsto para a cooperação territorial europeia após 2020 seja aumentado e significativamente superior à afetação atual de 3% dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Devemos também garantir que os nossos procedimentos de gestão de fundos são racionalizados e simplificados, conforme pretendido pela iniciativa «Orçamento orientado para os resultados» liderada pela Comissão Europeia.

Enquanto próximo Presidente do Comité das Regiões Europeu (CR), a partir de 12 de julho, qual é a sua opinião relativamente ao futuro da política e dos FEEI após 2020?

Na reunião plenária de maio, o CR adotou, enquanto primeiro organismo da UE, a sua posição formal sobre o futuro da política de coesão com base em conversações intensivas com as cidades

“ *O único objetivo para todos os que trabalham com ou para a UE consiste em melhorar e beneficiar as vidas dos seus cidadãos.* ”

e regiões europeias, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, bem como com vários Estados-Membros e inúmeras partes interessadas.

Considero que a minha função enquanto futuro Presidente do CR será promover ideias conjuntas sobre o futuro da política de coesão, também no contexto do debate sobre o futuro da Europa e face à saída do Reino Unido da União.

O único objetivo para todos os que trabalham com ou para a UE consiste em melhorar e beneficiar as vidas dos seus cidadãos. Estou profundamente convicto de que só podemos combater o populismo crescente e a falta de confiança sentida por muitos cidadãos na UE ao demonstrarmos que a UE beneficia as suas vidas e as suas comunidades. É exatamente isso que a política de coesão pretende fazer e o motivo pelo qual precisaremos dela mais do nunca no futuro.

Tentaremos criar uma «aliança de interessados» para lutar por uma política de coesão reformada que seja drasticamente simplificada e baseada numa parceria mais forte

com as cidades e as regiões. Isto também inclui colocar maior ênfase na avaliação dos impactos territoriais das políticas da UE, para assegurar que todas elas apoiam o objetivo de coesão económica, social e territorial previsto no Tratado. ■

ARE por uma política de coesão pós-2020 orientada para os resultados

A Assembleia das Regiões da Europa (ARE) acredita numa nova visão para o futuro da política de coesão: um mecanismo de execução que seja simples e produza resultados em toda a Europa.



Michiel Rijsberman
Relator da ARE
para a política de coesão pós-2020
Ministro regional da província de
Flevoland (NL)

As regiões da Europa trabalham diariamente com a política de coesão, fazendo propostas no terreno para um futuro melhor. A ARE criou um grupo de trabalho para a política de coesão que adotou uma declaração, em 1 de junho de 2016, em Sankt Pölten, Áustria. Esta declaração identificava quatro áreas: uma visão a longo prazo; simplificação e auditoria; combinação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento com outros fundos; e governação a vários níveis e excesso de regulamentação.

A política de coesão tem de ser reformulada para abordar os futuros desafios da UE. o valor público associado aos FEEI crescerá após o Brexit, os cortes orçamentais da UE e o surgimento de novos desafios para a UE. Contra a política de

coesão está a sua baixa taxa de absorção e o mecanismo de execução oneroso. Contudo, os FEEI trouxeram valor acrescentado. o único caminho a seguir é uma política de coesão orientada para os resultados, objetivos claros da UE e um mecanismo de execução simples para os seus beneficiários.

Os principais desafios económicos, sociais e territoriais das regiões devem formar a espinha dorsal de uma visão para a política de coesão pós-2020. Ao conceder subvenções para inovações nos domínios da transição energética, das alterações climáticas e da inclusão social nas nossas regiões, está a tornar-se mais do que um mero mecanismo de convergência das desigualdades de rendimentos entre as regiões europeias. a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em toda a Europa é a chave por trás de cada euro gasto em subvenções. Uma visão sobre a Europa de amanhã

“Os principais desafios económicos, sociais e territoriais das regiões devem formar a espinha dorsal de uma visão para a política de coesão pós-2020.”

com objetivos europeus comuns deve dar direção e criar uma sensação de apropriação entre os beneficiários.

Os mecanismos de execução renovados devem prever: a prevenção do excesso de regulamentação; um conjunto único de regras para os diferentes FEEI; e regimes de auditoria diferenciados com base na proporcionalidade das taxas de erro e na dimensão do programa. ■



A Assembleia das Regiões da Europa é a maior rede independente de regiões na Europa alargada, reunindo regiões de 35 países. Assumi sempre um papel ativo nos debates sobre a política de coesão. Em setembro do ano passado, a iniciativa «Uma política regional renovada forte pós-2020 para todas as regiões» foi assinada por mais de 300 presidentes regionais.

<http://aer.eu/>

Moderação da 7.ª Conferência sobre a Política de Coesão 2017

Enquanto moderadora da 7.ª Conferência sobre a Política de Coesão da UE que tem lugar este ano em Bruxelas, estou ansiosa por interagir com a mistura dinâmica de oradores principais, participantes em painéis, público, pessoal da UE e outros ao longo do evento de dois dias.

A conferência deste ano ocorre num momento ensombrado pelo Brexit que, obviamente, terá um impacto significativo nos futuros orçamentos da UE, incluindo os fundos da política de coesão. Neste momento, é impossível calcular devidamente o custo financeiro da saída do Reino Unido nos futuros orçamentos da UE. As estimativas apontam para um défice anual de 5 a 17 mil milhões de euros sob reserva de um conjunto de fatores, incluindo se assistiremos a um Brexit rígido ou flexível.

Enquanto jornalista irlandesa, estou perfeitamente ciente das implicações económicas e políticas da saída do Reino Unido da UE, com a fronteira partilhada entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte a suscitar enormes desafios pós-Brexit. Isso para não falar dos danos que pode ter no importante comércio entre a Irlanda e o Reino Unido. Mas à parte da questão irlandesa, gerir um potencial défice financeiro será um enorme problema para a UE e para o seu orçamento pós-2020, após a retirada do Reino Unido. Por isso, o Brexit deverá assumir um papel de destaque na próxima conferência sobre a política de coesão.

Um dos primeiros debates que irei moderar no primeiro dia irá centrar-se em como a política de coesão pode contribuir para a modernização da economia europeia. Normalmente, quando modero debates de painéis sobre a modernização das economias europeias, acabamos invariavelmente por debater o impacto crescente da digitalização na indústria e na sociedade. Durante estes debates, abordamos frequentemente questões como os camiões sem condutor, as linhas de produção autónomas e as tecnologias robóticas avançadas.

“Enquanto jornalista irlandesa, estou perfeitamente ciente das implicações económicas e políticas da saída do Reino Unido da UE, com a fronteira partilhada entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte a suscitar enormes desafios pós-Brexit.”

O modo como os países da UE acolhem a transformação digital é uma grande questão. É particularmente relevante para as regiões e cidades que podem não ser tão avançadas como outras. Se não conseguirem facilitar o tipo de avanço digital necessário para permanecerem viáveis em termos económicos e sociais, há o perigo de ficarem para trás e termos uma espécie de Europa a duas velocidades com alguns países muito mais avançados tecnologicamente do que outros.

Vivemos agora numa era que requer que aumentemos regularmente as nossas qualificações e nos reconvertamos



Karen Coleman
radiodifusora/jornalista/
moderadora

profissionalmente para nos mantermos relevantes nos nossos empregos e nas nossas sociedades. Se nos desligarmos da grelha digital, podemos ficar para trás num mundo cada vez mais tecnológico.

Assim sendo, as regiões e cidades têm de ser espertas na forma como gerem a transição das antigas para as novas economias, seja facilitando a reconversão profissional dos condutores de camiões seja integrando tecnologias robóticas de formas que reforcem o papel das pessoas na sociedade em vez de o substituírem. A Comissão da UE deve assegurar que não entrava as suas tentativas de modernização impondo uma panóplia de regras, regulamentações e burocracia desnecessárias. Porque se as regiões e cidades não conseguirem aproveitar esta transformação digital, podem não assistir ao tipo de coesão que a UE ambiciona desenvolver. ■

www.karencoleman.com

[@KarenColemanIRL](https://twitter.com/KarenColemanIRL)

Prepare-se para a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios 2017

Em 2017, a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios será subordinada ao tema «Regiões e Municípios trabalham para um futuro melhor». o evento incluirá cerca de 100 *workshops*, debates e atividades de ligação em rede que contarão com a participação de cerca de 5 000 participantes. Para além dos *workshops* realizados em Bruxelas, será organizado um programa de eventos locais por toda a Europa entre setembro e dezembro de 2017.

A 15.ª Semana Europeia das Regiões e dos Municípios (SERM) terá lugar um pouco antes da publicação do Relatório sobre a Coesão e da apresentação do quadro financeiro plurianual da UE para 2020-2026. Isto oferece uma oportunidade para a SERM ser uma das plataformas de recolha e apresentação das opiniões das regiões e dos municípios sobre o orçamento e as subsequentes propostas legislativas, nomeadamente no que diz respeito à política de coesão e ao desenvolvimento rural.

Construir regiões e municípios resilientes

Esta vertente centrar-se-á nos efeitos económicos e sociais da globalização e na resposta política a nível local, regional,

nacional e da UE. Permitirá aos participantes apresentar e debater formas inovadoras de fomentar a mudança, em especial sobre como tornar os municípios da Europa mais inteligentes e resilientes.

Os *workshops* centrar-se-ão, por exemplo, no modo como as oportunidades digitais podem ajudar a desenvolver um planeamento inovador, uma transformação industrial, uma especialização inteligente e uma melhor governação para superar os atuais desafios e promover o emprego e o investimento a todos os níveis da UE.

Regiões e municípios enquanto agentes de mudança

Esta vertente analisará as possíveis adaptações da política regional e urbana da UE para os próximos cinco a dez anos, e incentivará mais reflexões gerais sobre a UE na perspetiva das regiões e dos municípios. Disponibilizará uma plataforma para ilustrar os contributos efetivos que as regiões e os municípios da UE fazem para o projeto europeu e permitir-lhes-á contribuir para o principal debate político em paralelo com o processo «Refletindo sobre a UE» lançado pelo Comité das Regiões Europeu.

Os *workshops* centrar-se-ão no modo como os ecossistemas locais e regionais reduzem as disparidades através, por exemplo, da economia circular, terceira revolução industrial, dados abertos, desenvolvimento territorial integrado, laboratórios urbanos, ações de investigação e de inovação, olhando ao mesmo tempo para as perspetivas futuras.

Partilha de conhecimentos para produzir resultados

No âmbito desta vertente, os órgãos de poder regional e nacional que implementam programas apoiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento terão a oportunidade de partilhar experiências e boas práticas sobre a gestão de programas durante



o período 2014-2020. As principais questões incluem analisar formas de reduzir o ónus administrativo para os beneficiários através da simplificação, bem como diferentes meios de fortalecimento das instituições e de reforço das capacidades administrativas entre as administrações a todos os níveis.

Os debates com profissionais serão integrados com contributos do meio académico e dos participantes de países não pertencentes à UE interessados no processo de integração europeia, tanto de um ponto de vista institucional como em termos de políticas que promovem a coesão europeia.

Os workshops analisarão os sistemas de inovação regionais, a avaliação do impacto territorial, a colocação da aprendizagem em prática, as cidades eficientes na utilização de recursos, as análises custo-benefício, a colaboração inter-regional e o modo como os centros de inovação podem proporcionar um desempenho mais sustentável.

.....

RegioStars



Os Prémios RegioStars visam identificar boas práticas no domínio do desenvolvimento regional e evidenciar projetos originais e inovadores suscetíveis de atrair e inspirar outras regiões.

As categorias de prémios para 2017 são:

1. Especialização inteligente para inovação pelas PME
2. União da Energia: ação climática
3. Empoderamento e participação ativa das mulheres
4. Ensino e formação
5. CityStars: municípios em transição digital

Os membros do júri dos Prémios RegioStars, presidido pelo deputado ao Parlamento Europeu Lambert van Nistelrooij, estão atualmente a avaliar 110 candidaturas que foram submetidas este ano.

A cerimónia de entrega dos Prémios RegioStars 2017 terá lugar em Bruxelas, na terça-feira dia 10 de outubro. Este ano testemunhará igualmente a comemoração do 10.º aniversário dos Prémios e, pelo segundo ano consecutivo, será também apresentada a votação do público.

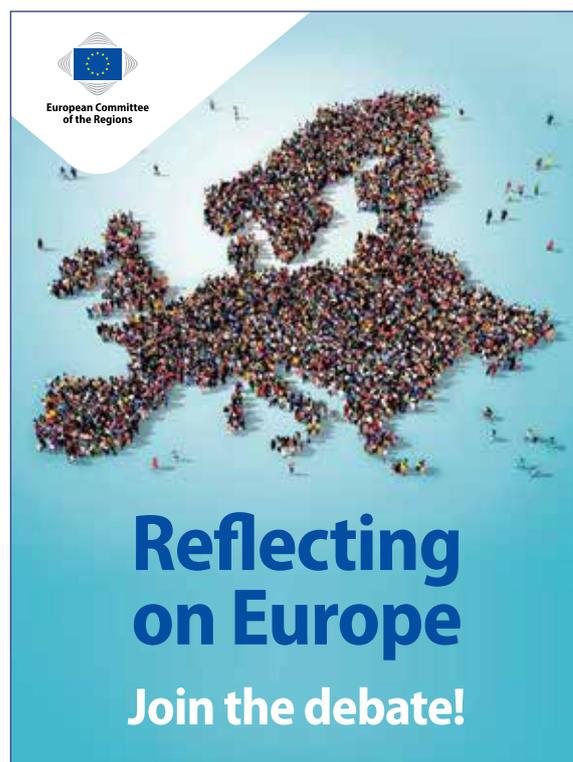
SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/regio-stars-awards/

Eventos locais

Cada parceria regional terá de organizar um evento local sob o lema «A Europa na minha região/no meu município», no formato de um diálogo com os cidadãos, a decorrer entre setembro e dezembro de 2017 e incluindo um membro do Comité das Regiões Europeu (CR).

O objetivo dos diálogos com os cidadãos consiste em ouvir e receber relatos diretamente dos municípios e das regiões e dos debates a decorrer. Estes diálogos são parte integrante da iniciativa «Refletindo sobre a UE» do CR que, na primavera de 2018, contribuirão para um parecer sobre o tema «Refletir sobre a Europa: a voz dos órgãos de poder regional para restabelecer a confiança na União Europeia», permitindo assim os contributos reais das regiões e dos municípios para o processo político. O objetivo consiste em atrair uma vasta gama de participantes, incluindo o público geral, decisores políticos e peritos, e sensibilizar para o impacto das políticas da UE na sua região e no seu município. ■



SAIBA MAIS

<http://cor.europa.eu/pt/events/Pages/reflecting-eu.aspx>



«Interreg Volunteer Youth»: promover a cooperação e a solidariedade além fronteiras

O Corpo Europeu de Solidariedade (CES) é uma nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em projetos, no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. A política regional da UE aderiu à iniciativa com um milhão de euros, para dar a programas transfronteiriços, transnacionais ou inter-regionais e projetos conexos a oportunidade de receberem voluntários (cidadãos da UE entre os 18 e os 30 anos de idade) durante dois a seis meses. O objetivo consiste em apoiar, promover e comunicar as realizações dos programas e projetos Interreg, aumentando ao mesmo tempo a sensibilização para os benefícios da colaboração além das fronteiras internas da UE. Seguem-se os testemunhos das duas primeiras voluntárias a participar na iniciativa «Interreg Volunteer Youth» (IVY, jovens voluntários do Interreg), gerida pela Associação das Regiões Fronteiriças Europeias.

Estrasburgo, 14 de setembro de 2016: entro no Parlamento Europeu e sento-me no Hemiciclo — ansiosa por ouvir Jean-Claude Juncker a proferir o seu discurso sobre o estado da União.

«A solidariedade é o cimento que assegura a coesão da União. [...] Quando neste verão deflagraram incêndios em Portugal, houve aviões enviados pela Itália a ajudar no combate às chamas. [...] Dentro desse espírito, a Comissão decidiu propor hoje a criação de um Corpo Europeu de Solidariedade. Os jovens de toda a UE poderão voluntariar-se para ajudar onde as necessidades são mais prementes [...]»

Tendo crescido e estudado durante muitos anos em regiões transfronteiriças, tive a ocasião de apreciar o valor acrescentado da coesão e integração territoriais numa área transnacional. Quando atravessar uma fronteira faz parte da nossa atividade diária, seja para trabalhar ou correr, começamos a perceber o quão importante é que estas fronteiras não sejam barreiras.

Tanto quanto sei, a UE é sinónimo de solidariedade, democracia e poder viajar livremente; significa a partilha de uma visão comum entre os países; significa a cooperação, defesa dos direitos humanos e quebra das desigualdades pelas pessoas; significa viver em paz. Este Corpo Europeu de Solidariedade

oferece precisamente a possibilidade de promover e fomentar todos estes valores, reforçando a união entre os europeus.

« Quando atravessar uma fronteira faz parte da nossa atividade diária, seja para trabalhar ou correr, começamos a perceber o quão importante é que estas fronteiras não sejam barreiras. »

Comecei a minha experiência de voluntariado no quadro da iniciativa «Interreg Volunteer Youth» na segunda-feira dia 20 de março. Enquanto repórter Interreg no âmbito do Secretariado Conjunto do Programa Transnacional do Danúbio (PTD), procuro apoiar, promover e comunicar a importância da cooperação europeia transfronteiras e os benefícios da integração territorial europeia. o PTD visa promover a coesão económica, social e territorial, abordando desafios comuns nos quais a cooperação transnacional deverá produzir resultados tangíveis.

Ao trabalhar estreitamente com os 54 projetos aprovados ao abrigo do primeiro convite à apresentação de propostas, tenho um conhecimento melhor/mais profundo/adicional da forma como a cooperação transnacional prepara o terreno para projetos duradouros e abrangentes, numa perspetiva sustentável. a cooperação entre os países pode, de facto, ajudar a resolver problemas conjuntos, ao enriquecer as perspetivas sobre melhores práticas e lições aprendidas noutros países. a aproximação dos europeus é uma forma de facilitar a partilha de ideias e recursos, incentivando assim o trabalho estratégico rumo a objetivos comuns.

O facto de ser a primeira voluntária CES/IVY a ser colocada no terreno abriu-me o caminho rumo a novas experiências altamente valiosas. Permitiu-me viver experiências de toda uma vida — participar na jornada de portas abertas da UE em Bruxelas, ser filmada pela Comissão Europeia para um vídeo, dar entrevistas para a rádio e os jornais, reunir com o Comissário responsável pelo Orçamento e pelos Recursos Humanos e com o Presidente do Comité das Regiões Europeu, falar sobre esta aventura durante um seminário para jornalistas húngaros... Que jornada desafiante e épica acabo de começar!

Manon, França (à esquerda na imagem)



Sendo oriunda da Alemanha, por que motivo deveria interessar-me na Polónia, Dinamarca, Suécia e Lituânia? o que me motivou a voluntariar-me para o programa Interreg no Sul do

Báltico — um programa especial de cooperação transfronteiriça que envolve várias regiões na área do Sul do mar Báltico — é uma forte crença no valor acrescentado que a cooperação traz aos cidadãos na Europa. Acredito ainda que o Corpo Europeu de Solidariedade pode oferecer aos participantes na iniciativa «Interreg Volunteer Youth» a oportunidade única de contribuir, de forma significativa, para a construção de uma base de confiança — um sentido de comunidade — que seja mutuamente benéfica e enriquecedora. Envolvendo uma variedade de parceiros a nível local, regional, nacional e europeu, a abordagem ascendente única da iniciativa IVY fez-me pensar na solidariedade em termos de uma comunidade alargada que fomenta a cooperação transfronteiras e abrange vários níveis complementares de pertença.

Colocando a teoria em prática, que experiências tive até agora? a minha curva de aprendizagem enquanto repórter da iniciativa IVY começou com um «big bang»: a jornada de portas abertas da UE no edifício Berlaymont em Bruxelas. Mais de 30 Direções-Gerais da Comissão Europeia apresentaram as suas atividades perante cerca de 12 000 cidadãos! Eu e a Manon controlámos as entrevistas, informamos os visitantes interessados e até tivemos a oportunidade de fazer ouvir as nossas opiniões sobre o CES numa emissão de rádio em direto. De volta à Polónia, estou ansiosa por divulgar «no terreno» vários projetos interessantes de cooperação territorial europeia durante este verão.

« O que me motivou a voluntariar-me para o programa Interreg no Sul do Báltico é uma forte crença no valor acrescentado que a cooperação traz aos cidadãos na Europa. »

Terminar o 6 de maio numa nota positiva, vir da Alemanha e voluntariar-me para este programa especial de cooperação transfronteiriça na área do Sul do mar Báltico alargou os meus horizontes, ampliou o meu sentido de solidariedade e reforçou a minha crença na procura de soluções conjuntas para os desafios comuns dos dias de hoje. Espero que a minha curva de aprendizagem enquanto repórter da iniciativa IVY continue a crescer de forma tão promissora como começou e que muitos mais jovens voluntários do Interreg com uma perspetiva otimista aberta adiram ao CES no futuro.

Yasmin, Alemanha (à direita na imagem)

SAIBA MAIS

https://europa.eu/youth/SoliDARITY_pt
<https://www.interregyouth.com/>

A portrait of a young man with short dark hair and a beard, wearing a dark suit jacket over a light-colored shirt. He is smiling and looking towards the camera. The background is a plain, light color.

Liam

A portrait of a young woman with long dark hair, wearing a dark jacket. She is looking slightly to the side with a neutral expression. The background shows a body of water and a distant shoreline.

Miguela

A portrait of a young man with short dark hair, wearing a red and white striped t-shirt with a red scarf draped over his shoulders. He is smiling and looking towards the camera. The background shows a cityscape with buildings and a body of water.

Mauro

Relatos de estudantes sobre projetos Interreg em Malta

A reunião anual do Interreg 2017 teve lugar de 26 a 28 de abril, em Malta. Foi organizada pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, com o apoio da Presidência maltesa do Conselho da União Europeia.

Durante o evento, os participantes tiveram a oportunidade de visitar um de três projetos:

- o projeto transfronteiriço Lithos relativo à proteção e valorização do património histórico;
- o projeto transnacional CypFire relativo à proteção do património natural das regiões mediterrânicas contra os incêndios;
- a infraestrutura de tratamento de águas residuais no Sul de Malta.

Foram também convidados a participar estudantes da faculdade de jornalismo na Escola Superior de Artes, Ciência e Tecnologia de Malta (MCAST). Estas visitas aos projetos constituíram uma oportunidade para estes jovens testemunharem os benefícios concretos da cooperação. As suas impressões das visitas aos projetos são apresentadas em seguida.

Lithos

Este projeto transfronteiriço entre Malta e a Sicília centra-se na proteção e valorização do património histórico. Em conversa com Daphne Marie Fenech, a arquiteta responsável pelo projeto Lithos no Palácio do Inquisidor em Vittoriosa, ela explicou que, na sua essência, o projeto centra-se na sinergia entre a profissão histórica de duas nações (Malta e Sicília) e a capacidade para a utilizar na restauração de edifícios e estruturas que, de outra forma, seriam perdidos.

Uma das técnicas na frente do projeto é a estereotomia, girando em torno do conhecimento geométrico de desenho e corte de blocos de material sólido. Daphne Fenech afirmou que o facto de os resultados do projeto terem sido tangíveis ajudou no processo de obtenção de fundos do fundo regional europeu. Consequentemente, foram erguidos um museu e um centro de formação com materiais, equipamentos e conhecimentos especializados não presentes em Malta, mas importados de Ragusa, Sicília.

Falando dos benefícios de trabalhar com outro Estado-Membro da UE num projeto transfronteiriço, Daphne Fenech disse que a comunicação entre as partes é excepcional e uma plataforma como a UE ajuda a criar um grupo de países que procura parceiros em projetos semelhantes.

À parte do rejuvenescimento de velhas estruturas e infraestruturas, o projeto também visava a ressurgimento das competências de alvenaria em Malta. Antes desta iniciativa e de outras semelhantes, os arquitetos locais receavam o fim das competências de alvenaria e de outras profissões históricas direcionadas para a arquitetura.

O papel importante da MCAST foi também salientado durante esta reunião informativa. o trabalho da instituição, em conjunto com as várias operações de investigação do património em Malta, deu um novo fôlego a uma série de futuros pedreiros.

Liam

Sara



Andrew



Estação de tratamento de águas residuais Ta' Barkat

A reunião anual incluiu uma visita à infraestrutura de tratamento de águas residuais conhecida como Ta' Barkat, em Xgħajra, Malta. Stefan Cachia e David Sacco, engenheiros da Empresa de Serviços de Abastecimento de Água, discutiram a finalidade e os objetivos do projeto, a agenda e a principal infraestrutura de tratamento.

Stefan Cachia abriu o discurso com o CF116, um dos mais icónicos projetos de resíduos em Malta. Este programa operacional foi submetido originalmente à Comissão em dezembro de 2007, tendo sido submetido formalmente em julho de 2010. Segundo Stefan Cachia, o projeto CF116 restabelece a qualidade das águas balneares, em conjunto com a Diretiva Águas Balneares, e elimina as águas residuais brutas adicionais que são descarregadas no mar. Este projeto visa ainda acabar com todas as emissões de maus odores na descarga de águas residuais brutas. Stefan Cachia afirmou que o projeto teve um custo aproximado de 80,1 milhões de euros.

David Sacco debateu a finalidade e os objetivos do projeto no que diz respeito à redução da pressão exercida sobre os recursos hídricos naturais, à diversificação do abastecimento de água disponível e ao aumento da proporção de água recuperada. Indicou ainda que os serviços de abastecimento de água facilitam 90 pontos de captação de água, 10 estações de bombeamento e 3 centrais de osmose inversa da água do mar em Malta, bem como 33 pontos de captação de água e 2 estações de bombeamento em Gozo.

A Empresa de Serviços de Abastecimento de Água visa continuar a investir na melhor qualidade de vida que leva a um investimento no futuro da população maltesa. Seguidamente, a delegação visitou a estação.

Miguela e Mauro

CypFire

Em 27 de abril, tive a oportunidade de assistir ao evento do projeto CypFire realizado pela Comissão Europeia. Antes de visitarmos alguns locais, realizou-se uma palestra no conselho municipal de Mgarr, onde fomos recebidos pelo Presidente da Câmara Paul Vella, que apresentou outros três oradores — Roberto Danti, Gianni Della Rocca e Eman Vella.

Cada um deles falou do seu envolvimento neste projeto. Roberto Danti começou por indicar o objetivo do projeto CypFire: eliminar os incêndios florestais com uma barreira natural de ciprestes. Falou sobre como nasceu o projeto, com as diversas experiências realizadas em diferentes países e a disseminação geral de conhecimentos.

Gianni Della Rocca falou sobre o aspeto técnico do projeto, expondo os detalhes científicos relativos às propriedades da espécie particular de árvores denominada «ciprestes mediterrânicos».

Por último, Eman Vella falou do contributo do conselho municipal de Mgarr para as anteriores experiências no sentido de determinar a melhor espécie de cipreste a utilizar nesta barreira natural. a cidade de Mgarr foi a melhor candidata para a plantação das árvores, já que tem a zona rural mais bem preservada em Malta e bastante espaço para o efeito. As árvores foram plantadas em dois locais — um perto de Gnejna e outro em Ballut — em 2006 e 2012, respetivamente. a monitorização destas árvores está ainda em curso, embora o projeto CypFire já tenha sido concluído.

Sara e Andrew

SAIBA MAIS

<http://webcasting.streamdis.eu/Mediasite/Catalog/Full/5eea1d0698264ad88e78a7cbf397459221>

O PORTAL EUROPEU DE PROJETOS DE INVESTIMENTO



O PEPI é um portal Web que permite aos promotores de projetos públicos ou privados estabelecidos na UE chegar a potenciais investidores em todo o mundo. Concebido em resposta ao desejo dos investidores de verem mais potenciais oportunidades de investimento da UE numa plataforma de informação central, oferece funções de pesquisa avançada e critérios de filtragem, facilitando a procura de projetos por parte dos investidores de acordo com as suas preferências.

O portal aumentará a visibilidade dos projetos baseados na UE para uma vasta rede de investidores internacionais, apresentando-os num formato estruturado e harmonizado.

PODE APRESENTAR O SEU PROJETO DE INVESTIMENTO EM
ec.europa.eu/eipp

POLÓNIA: INICIATIVA DA COMISSÃO AJUDA AS REGIÕES COM BAIXOS RENDIMENTOS A RECUPERAR DO ATRASO



Como parte da assistência adaptada da Comissão Europeia às regiões da UE com baixo crescimento e baixos rendimentos, com a ajuda dos fundos da política de coesão, uma iniciativa-piloto de um ano está a mostrar resultados promissores na Polónia. Peritos da Comissão e do Banco Mundial, juntamente com os órgãos de poder nacional e local da Polónia, têm trabalhado no último ano para identificar soluções que impulsionem o desenvolvimento económico nas regiões com baixos rendimentos de Podkarpackie e Świętokrzyskie, na Polónia Oriental. Definiram prioridades estratégicas e ações concretas rapidamente executáveis para o meio académico, o ambiente empresarial e a força de trabalho.

Com base nestas primeiras ações-piloto promissoras, está a ser preparado um plano de implantação para replicar estes projetos noutras regiões polacas elegíveis.

SAIBA MAIS
<http://europa.eu/!Cm83tg>

PEER 2 PEER ASSINALA O SEU 100.º EVENTO E ESTÁ PRONTA PARA MAIS!



A ferramenta TAIEX-REGIO PEER 2 PEER chegou ao marco do seu 100.º evento, com a delegação húngara a visitar os seus homólogos na Lituânia para partilhar boas práticas acerca da implementação de instrumentos financeiros para a eficiência energética. Lançada apenas há dois anos pela DG Política Regional e Urbana, em estreita cooperação com a DG NEAR, a TAIEX-REGIO PEER 2 PEER é uma ferramenta amplamente apreciada e simples de utilizar concebida para ajudar as administrações dos Estados-Membros a reunirem-se mais facilmente e partilharem as suas experiências sobre diversos tópicos relacionados com a gestão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Até à data, a Comissão recebeu 171 pedidos de intercâmbios, 100 dos quais se concretizaram, envolvendo 1 500 participantes de 25 Estados-Membros da UE. a ampla variedade de tópicos abrangidos nestes intercâmbios vai desde questões de gestão e controlo até instrumentos financeiros, desenvolvimento urbano, especialização inteligente, contratos públicos, etc. Nos seus comentários, os Estados-Membros dizem que o instrumento é útil, fácil de utilizar e não burocrático.

SAIBA MAIS
<http://funding.balticsea-region.eu/>

AGENDA

21 DE SETEMBRO DE 2017

Dia da Cooperação Europeia

9-12 DE OUTUBRO DE 2017

Bruxelas (BE)

Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

10 DE OUTUBRO DE 2017

Bruxelas (BE)

Cerimónia de entrega dos Prémios RegioStars

18-19 DE OUTUBRO DE 2017

Budapeste (HU)

Sexto fórum anual da Estratégia da UE para a Região do Danúbio

21-23 DE NOVEMBRO DE 2017

Munique (DE)

Segundo fórum anual da Estratégia da UE para a região alpina

27-28 DE NOVEMBRO DE 2017

Roterdão (NL)

Fórum CITIES

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do sítio Inforegio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/events/

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, ou qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser responsabilizada pela utilização que possa ser dada às informações abaixo apresentadas.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2017

PDF: ISSN 1725-8154

Reutilização autorizada mediante indicação da fonte.

A política de reutilização de documentos da Comissão Europeia é regulamentada pela Decisão 2011/833/UE (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

É necessário obter autorização junto dos detentores dos direitos de autor para a utilização ou reprodução de fotografias ou outro material que não esteja protegido pelos direitos de autor da UE.

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês, alemão, búlgaro, grego, espanhol, italiano, polaco e romeno. Está disponível em linha em 22 línguas no sítio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em junho de 2017.

© União Europeia, 2017

Printed in Belgium

FOTOGRAFIAS (PÁGINAS):

Capa: © Comissão Europeia

Página 4: logótipo e fotografia © Governo da Estónia

Página 8: logótipo e fotografia © Ministério Federal da Economia e da Energia (DE)

Página 9: logótipo e fotografia © Chipre, Ministério das Finanças

Página 10: logótipo e fotografia © Comissão Europeia

Página 12: logótipo e fotografia © Região da Valónia

Página 13: logótipo e fotografia © Região de Creta

Página 14: logótipo e fotografia © Associação Sueca de Autoridades Locais e Regiões

Página 15: logótipo e fotografia © União de Cidades e Municípios da República Checa

Página 18: logótipo e fotografia © Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos

Página 20: logótipo e fotografia © Associação de Cidades Polacas

Página 21: logótipo e fotografia © Parlamento Europeu

Página 22: logótipo e fotografia © Cidade de Valka (LV) e cidade de Valga (EE)

Página 23: logótipo e fotografia © Ajutament de Santa Coloma de Gramenet

Página 24: logótipo e fotografia © London School of Economics and Political Science

Páginas 26 e 27: © Comissão Europeia

Página 28: logótipo e fotografia © École Polytechnique Fédérale de Lausanne (CH)

Página 29: logótipo e fotografia © BusinessEurope

Página 30: logótipo e fotografia © Universidade de Cardiff

Página 31: logótipo e fotografia © Huron University College, Universidade Ocidental (CA)

Página 32: © Comissão Europeia

Página 36: logótipo e fotografia © Conferência das Regiões Periféricas Marítimas

Página 37: logótipo e fotografias © Centro de Política Europeia

Página 38: logótipo e fotografia © Eurocities

Página 39: logótipo e fotografia © Rede Europeia Antipobreza

Página 40: fotografia © Comissão Europeia; logótipo © AEBR

Página 42: logótipo e fotografia © Assembleia das Regiões da Europa

Página 43: fotografia © Karen Coleman

Página 46: fotografia © Comissão Europeia

Páginas 48 e 49: fotografias © Comissão Europeia

MANTENHA-SE LIGADO



#EU7CF



ec.europa.eu/regional_policy
cohesiondata.ec.europa.eu



@EU_Regional
 #CohesionPolicy | #ESIFunds



EUinmyRegion



[flickr.com/euregional](https://www.flickr.com/euregional)



RegioNetwork



yammer.com/RegioNetwork



ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu_en
 @CorinaCretuEU



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia
 Direção-Geral da Política Regional e Urbana
 Comunicação – Agnès Monfret
 Avenue de Beaulieu/Beaulieulaan 1 – B-1160 Bruxelles/Brussel
 E-mail: regio-panorama@ec.europa.eu